



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 465 - DE 27 DE OUTUBRO A 10 DE NOVEMBRO DE 2013 - R\$ 3,00



Governo Dilma Rousseff do PT ENTREGUISTA!



Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária – O capitalismo agônico será sepultado pela revolução internacional

Viva os 96 anos da Revolução Russa! Viva o Marxismo Revolucionário!

Neste 25 outubro (7 de novembro em nosso calendário), os trabalhadores conscientes e a vanguarda revolucionária que suporta, atualmente, um brutal isolamento político, comemoram o nonagésimo sexto aniversário da grande Revolução de Outubro. A imprensa burguesa e a dos burocratas sindicais colaboracionistas, sem dúvida alguma, cumprem seu papel ao cercar de silêncio esta data operária e seu profundo significado para os explorados em geral e a juventude oprimida. Não seria sem sentido, porém, indagar o porquê da celebração deste acontecimento histórico, num momento em que distamos 22 anos do colapso do Estado Operário nascido desta mesma revolução, da URSS, e de suas conquistas (pleno emprego, monopólio do comércio exterior, estatização dos meios de produção, etc.). Os reformistas traidores e até os ativistas considerados mais ‘progressistas’ com suas pretensas organizações anarquistas, que ocuparam as capitais do país em junho, riscaram a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Os primeiros abandonaram o pouco que lhes restava de palavreado socialista e revolucionário. Os últimos procuram inventar novos métodos e novas tarefas para sair da crise. Em comum, a conclusão de que o marxismo é uma concepção envelhecida, utópica e que conduz a um estado policial, autoritário e obsoleto. As conquistas da Revolução de Outubro e a própria experiência da tomada do poder na Rússia dos czares são relegadas ao esquecimento ou menosprezadas.

Ao contrário destes, os marxistas-leninistas-trotskistas levantamos alto a bandeira da revolução social e do governo operário-camponês (ditadura proletária), da expropriação da burguesia, da destruição do imperialismo e da reconstrução da IV Internacional, o Partido Mundial da Revolução Socialista. Por isso, reivindicamos a tradição do bolchevismo a começar pelo partido de quadros, de militantes profissionais, até a imortal vitória que este foi capaz de impor, em Outubro de 1917, à burguesia e seus asseclas mencheviques e socialistas revolucionários.

A vitória do proletariado revolucionário, liderado pelo partido bolchevique de Lênin e Trotsky, que arrastou atrás de si o campesinato pobre, abriu uma nova etapa no curso da história. Pela primeira vez, os explorados conquistaram o poder político, esmagaram a contrarrevolução burguesa e fundaram o primeiro Estado Operário. A heroica Comuna de Paris de 1871, com seus milhares de mártires e seu domínio de apenas 72 dias sobre a capital francesa, não contou com um forte partido revolucionário, centralizado e disciplinado, não podendo assim se alastrar pelo resto do país. A primeira

revolução proletária acabou sufocada pelo sanguinário governo burguês de Thiers. Ao contrário, o triunfo dos Soviets, possível a partir da experiência da Comuna, desfechou um golpe de morte nos capitalistas russos e lançou a perspectiva de destruição do sistema mundial imperialista com a edificação da Internacional Comunista. O impacto mundial da revolução de Outubro de 1917 inaugurou a era das revoluções proletárias no século XX. Desgraçadamente, o isolamento da revolução de Outubro - produto da enorme pressão do imperialismo, através do cerco econômico e das tentativas de intervenção armada, somado a outros eventos de caráter acidental (a exemplo da morte de Lênin, em 1924) - alimentou a burocracia de Estado, que terminou por degenerar o partido e o Estado Operário já em fins dos anos 1920.

O estalinismo, como uma reação termidoriana à vitória



do proletariado, foi o instrumento contrarrevolucionário a serviço da burguesia internacional. Substituiu a concepção internacionalista da revolução pela teoria do socialismo num só país, o que contribuiu para o sufocamento de inúmeras revoluções (parte da política de coexistência pacífica com as potências capitalistas) e pela profunda colaboração de classe por meio das frentes populares. A perspectiva da revolução internacional se fechou com a

traição da burocracia do Kremlin e dos partidos comunistas transformados em organizações colaboracionistas. O estalinismo não apenas prostituiu as tradições revolucionárias do bolchevismo como levou a União Soviética à completa desintegração e à restauração capitalista.

Os vendidos burocratas e reformistas sempre entorpeceram o cérebro do proletariado com a ideia de que ditadura proletária e estalinismo eram a mesma coisa ou que a queda da União Soviética e do Muro de Berlim significavam nada menos que o fracasso do socialismo, bem como o triunfo definitivo da economia de mercado sobre o planejamento estatal. O capitalismo marcha de crise em crise e os trabalhadores/juventude sentem na carne, cada vez mais, o real significado da ditadura de classe da burguesia. O desabamento do estalinismo revelou a justeza do marxismo-leninismo-trotskismo, que permanece vivo em sua luta de morte contra reformistas e estalinistas.

Que neste nonagésimo sexto aniversário da Revolução de Outubro, as massas que despertam e ganham as ruas, em seus combates diários contra as medidas dos governos, encontrem a ponte que as liguem à rica experiência do bolchevismo e dessa forma preparem o caminho para a construção em nosso país de um poderoso partido operário revolucionário.

Concluída a entrega do campo de Libra

Governo do PT serve aos interesses das petroleiras

Protegido por um aparato de guerra, o leilão de entrega do campo de Libra às multinacionais foi concluído como previa o governo de Dilma Rousseff. Participaram do consórcio a Petrobrás, Shell, Total, CNPC e CNOOC. As petroleiras terão 35 anos para exaurir a reserva de pré-sal estimada em 12 bilhões de barris de petróleo e 120 bilhões de metros cúbicos de gás natural. Estimados por alguns, em valor monetário, de R\$ 3 trilhões.

Dilma Rousseff apareceu em cadeia nacional para mentir aos brasileiros. Exultante, procurou mostrar que não agiu como entreguista, que o critério de partilha não privatizou o petróleo, que o Estado continua com seu controle, que nos 35 anos de exploração o Tesouro receberá mais de R\$1 trilhão e que parte desses recursos irá para a educação, saúde, cultura, etc. Dourou a pílula perante uma população despolitizada e alheia à importância do petróleo para a economia nacional e para os interesses do imperialismo. Caso esses números se confirmem (sempre são suspeitos), o consórcio ficará com dois terços dos R\$ 3 trilhões. Dilma omitiu o total da conta, apresentando apenas sua parte de R\$ 1 trilhão.

O governo do PT se comportou como um vendilhão. Consumado o negócio, precisou se mostrar como um bom negociante, evidentemente em nome dos brasileiros e da Nação. A conclusão política dos governistas é que se o governo estivesse nas mãos do PSDB o negócio não teria sido tão bom. Certamente, o PSDB seria mais descaradamente entreguista.

Os opositores ao governo petista, no entanto, questionam sob o argumento de que Dilma não fez um bom negócio. Segundo eles, o critério de partilha que coloca a Petrobrás como operadora e organizadora de consórcio impossibilitou que houvesse concorrência. Assim, o único concorrente pôde se manter dentro do mínimo estipulado pelo critério de partilha. Dão a entender que caberia ao governo acirrar a disputa entre as multinacionais e assim tirar maior proveito do campo de Libra. Como se vê, a diferença entre PT e PSDB está em saber quem melhor negociaria a entrega do petróleo às multinacionais.

Leilão entreguista

Ficaram de fora petroleiras como Exxon Mobil (norte-americana), Chevron (francesa) e BG e BP (britânicas). Não tiveram interesse porque a Petrobrás é, ao mesmo tempo, operadora e concorrente. Essa é a interpretação mais provável, segundo os analistas da oposição.

Pressupunha-se que o leilão iria fracassar, constituindo apenas um consórcio entre a Petrobrás e as chinesas CNPC e CNOOC. Mas eis que a Shell e a Total entraram cada uma com 20% e as chinesas com 10% cada. O que somadas têm a maioria (60%). A Petrobrás é a operadora, mas minoritária, com 40%.

Foi montado todo um jogo nos bastidores. A Shell e a Total viram a oportunidade de elevar seus reservatórios, obtendo 40% do negócio. As demais petroleiras não perdem por esperar. Há mais campo de pré-sal. A Exxon Mobil, a mais poderosa entre a petroleiras, sem dúvida, espera por sua oportunidade. Novas medidas de atração dos poderosos trustes do petróleo poderão

ser tomadas por Dilma Rousseff caso seja reeleita em 2014.

Soberania nacional segundo Dilma Rousseff

Dilma Rousseff não se envergonhou de ocultar aos brasileiros que colocou a imensa riqueza de Libra nas mãos das multinacionais. Os politiquês do PSDB, por sua vez, desavergonhadamente, ocultaram que o critério de partilha não deu de fato à Petrobrás e ao Estado o controle dos reservatórios e de sua exploração. Todos mentiram para a população que ignora a jogatina com os interesses nacionais e que assistiu passivamente ao entreguismo.

Mas a mais grave mentira de Dilma Rousseff é a de que o leilão expressou a soberania nacional. Os números são importantes para saber até onde se chegou com o entreguismo. O resultado poderia ser pior, se fosse por meio da concessão? Poderia. Mas o que traduz uma política de soberania de uma Nação não é se o governo foi um bom ou mau negociador, se poderia ser melhor ou pior. O que traduz a soberania é o monopólio das fontes de matérias-primas.

O governo do PT, de Lula a Dilma, se posicionou em manter o curso de desnacionalização da economia. Aqui reside todo o problema. A entrega do campo de Libra consiste em apenas mais um impulso nesse sentido.

Avança a desnacionalização

Sob o último governo militar – o de João Batista Figueiredo –, com o País mergulhado na crise do endividamento e atendendo às pressões do imperialismo, abriu-se o processo de desestatização. Doravante, vários setores estratégicos controlados pelo Estado foram entregues a grupos empresariais. A desestatização serviu à burguesia nacional? Em grande medida, favoreceu o capital internacional.

A quebra do monopólio estatal do petróleo foi um dos setores atingidos. O governo de Fernando H. Cardoso semiprivatizou a Petrobrás. Importante parcela de seus lucros passou a ser repatriada pelos investidores estrangeiros. As petroleiras ganharam acesso às reservas petrolíferas do Brasil, por meio de contrato de concessão. Assim, viram crescer suas reservas mundiais.

Somente os muito mal informados não sabem que a oligarquia do petróleo dita os preços e praticam a política das potências. Um país semicolonial que conta com grandes jazidas tem a seu favor uma poderosa arma econômica, desde que não a alie, como acaba de fazer o governo do PT.

A partilha de Lula

A descoberta das bacias do pré-sal obrigou o governo Lula, em 2010, a decidir como atender a cobiça das multinacionais. Mudou o critério de concessão para o de partilha. O fato de privilegiar a Petrobrás não mudou o essencial dos critérios montados no governo de Fernando H. Cardoso, que são de quebra do monopólio estatal do petróleo.

No processo de afirmação dos critérios de partilha e de montagem dos consórcios, a imprensa vendida fez alarde de que as novas tecnologias de extração do gás do xisto, pelos Es-

tados Unidos, tornariam o petróleo extraído do pré-sal inviável economicamente. Há no governo quem advogasse essa notícia. É nesse clima que se procurou, inclusive, minar o critério de partilha e o poder da Petrobrás.

As petroleiras ditam em última instância a conduta do governo

As mais poderosas petroleiras, encabeçadas pela Exxon Mobil, apostaram no fracasso do leilão. Mais uma vez, a imprensa vendida alardeou que apenas os chineses constituiriam com a Petrobrás o consórcio e que este não seria capaz de cumprir o contrato. Mas de repente a Shell e a Total surgem cada uma com 20%. O que explica o milagroso interesse? Os números são imprecisos, mas os divulgados (de 8 a 12 bilhões de barris ou de 12 a 15 bilhões de barris) mostram que o campo de Libra contém uma capacidade igual ao total das reservas até hoje exploradas (14 bilhões de barris). É uma fortuna que impediu às multinacionais de fazerem uma frente compacta para inviabilizar o leilão.

Também não é secundário o fato dos chineses pretenderem estender seus tentáculos até o Brasil. A Petrobrás, afinal, detém a tecnologia da prospecção em águas profundas. É do interesse das sanguessugas não somente aproveitarem as ricas reservas como também do conhecimento acumulado pela Petrobrás. A Shell e a Total certamente usufruirão desse privilégio, tanto quanto os chineses.

A burguesia brasileira antinacional

O que os números do campo de Libra, o jogo de interesses das multinacionais e a aliança anglo-francesa das petroleiras com as chinesas estão mostrando? Mostram que o Brasil está à mercê das multinacionais do petróleo. Mostram que o governo do PT foi incapaz de fazer frente ao processo de privatização de bens estatais e de desnacionalização.

É necessário, no entanto, completar a caracterização. A burguesia brasileira é quem dita, em última instância, a conduta do governo petista. A burguesia como classe se manifesta por meios de suas agências, organizações corporativas, imprensa, partidos, governadores, matilha de técnicos, intelectuais, etc. Há muito a burguesia abandonou o nacionalismo (nunca professou um nacionalismo radical) e se deu por contente em ser o sócio menor do capital imperialista.

Em seu pronunciamento, Dilma refletiu bem essa condição com a máscara de “parcerias e de parceiras” colocada no rosto do capital rapina. As multinacionais são apresentadas como um visitante conhecido e bem vindo, que está atrás de algum lucro – o que é esperado no capitalismo –, mas que também traz para o Brasil o desenvolvimento econômico e social. Foi essa imagem de “parceiros” saudáveis e confiáveis em seus propósitos que o governo do PT transmitiu para os brasileiros comodamente postados em frente à TV.

Não era preciso convencer a maioria passiva de que o governo fez o “melhor” para o País. Mas um bom lance de publicidade poderá fazer a diferença nas eleições presidenciais. Serviu também para consolar a esquerda petista, a burocracia do sindicato dos petroleiros e da FUP e os tontos que continuaram a acreditar que estão diante de um governo de esquerda, democrático e popular.

O fundamental, no entanto, se encontra no fato do governo petista expressar a condição da burguesia brasileira como sócia menor do capital imperialista. As divergências e diferenças quanto à forma do entreguismo é parte das disputas interburguesas. Ser mais ou menos entreguista, fazer maior ou menor concessão às exigências das multinacionais, favorecer a este ou àquele monopólio concorrente, depende das circunstâncias econômicas, políticas e de luta de classes. É incontestável que o governo Dilma esteve sob tais pressões. Nada altera a conclusão de que expressou a posição histórica da burguesia brasileira de manter a submissão do Brasil à burguesia imperialista.

Inconsequência da burocracia sindical nacionalista

O leilão montado por Dilma Rousseff deve ser rechaçado por ser entreguista e expressar a posição antinacional e pró-imperialista do governo petista. Os petroleiros em greve poderiam ter travado um combate de linha de frente, se tivessem essa clara caracterização do governo. Mas estavam sob uma direção governista, que se viu obrigada a pedir timidamente a suspensão do leilão.

Os burocratas queriam que Dilma constituísse a Petrobrás como a única exploradora do campo de Libra. É como se não estivessem diante de um governo submetido ao grande capital. Assim, fizeram um movimentozinho para inglês ver. O leilão estava sendo preparado há tempo. Mas as federações petroleiras e Centrais sindicais não se lançaram a preparar os explorados e a juventude a ganhar as ruas contra o entreguismo do governo.

A sua direção não levou o movimento a desmascarar o governo do PT. E por quê? Porque são base de apoio de Dilma Rousseff e porque são burocratas acomodados à penetração das multinacionais e à desnacionalização. Nunca fizeram nada contra o governo vendilhão do PT. Os sindicatos da Federação Única dos Petroleiros (FUP) se curvaram diante do poderio da Petrobrás e das petroleiras internacionais. Permitiram que a terceirização comesse os operários petroleiros pela perna. Diante do vergonhoso entreguismo, a FUP e a CUT esboçaram uma oposição demagógica. Em sua nota, os burocratas da CUT e do PT concluíram que poderia ter sido pior e que graças à sua pressão o formato da partilha se impôs.

Seguidismo da burocracia de esquerda

E os sindicatos petroleiros ligados à Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), dirigidos pela CSP-Conlutas/PSTU, que papel tiveram? Seguiram os passos da FUP/CUT. Não fizeram uma campanha diferenciada, não procuraram organizar um movimento voltado à denúncia do governo à população, não mobilizaram a juventude que hoje se acha disposta ao combate e não trabalhou por constituir uma frente de luta antiimperialista. O PSTU se comportou como um nacionalista, às vezes de verbo radical e choroso contra a privatização de Dilma Rousseff, se limitando às bandeiras de suspensão do leilão e por uma Petrobrás 100% estatal. Alinhou-se, assim, por detrás da bandeira da FUP de suspensão do leilão.

A situação foi propícia para despertar a atenção dos explorados pelo programa proletário de defesa das riquezas nacionais e de independência da semicolônia perante o imperialismo. Mas as direções que controlam os sindicatos operários se

ativeram a denúncias inócuas e a pedir o cancelamento do leilão. A FNP, controlada pelo CSP-Conlutas/PSTU, que poderia combater as posições governistas da FUP/CUT, não foi capaz de desenvolver uma campanha sob a base do programa proletário de expropriação do capital imperialista. A mesquinha bandeira nacionalista de Petrobrás 100% caiu no vazio.

Adaptação ao capitalismo pela esquerda

As burocracias de esquerda nos sindicatos se revelam adaptadas ao capitalismo justamente diante de grandes acontecimentos como o da entrega do campo de Libra. São socialistas em sua imprensa, mas quando têm de defender o programa de expropriação da burguesia se comportam como reles nacionalistas e reformistas.

Dizem que é hora de ganhar a consciência das massas que estão com o governo e com a FUP. Negam que a consciência das massas se elevará se a direção que se propõe socialista defender firmemente o programa de expropriação revolucionária e a tomada do poder pelo proletariado. Sem a defesa sistemáti-

ca das tarefas e objetivos revolucionários, não é possível elevar a luta das massas que se apegam às suas necessidades elementares à luta pela derrocada da burguesia.

Construir a direção revolucionária

Não há outro caminho, ou se constitui uma direção que empunhe o programa da revolução proletária, socialista; ou a burguesia e seu governo continuarão a entregar as riquezas do Brasil às multinacionais e ao capital financeiro. A descoberta da imensa riqueza do pré-sal não fez senão vir à tona o quanto o País se encontra submetido à penetração imperialista. Uma das primeiras tarefas de libertação e de soberania nacional é a de nacionalizar sem indenização todos os recursos naturais. Sem a expropriação das multinacionais e do grande capital nacional a ele consorciado, não se pode iniciar as grandes transformações que coloquem o Brasil em posição de independência e soberania. As riquezas naturais devem sair de sua condição de capital e de controle da classe burguesa para a condição social, coletiva, sob o controle da classe operária e dos demais explorados.

Esquerda petista, reformistas e burocratas sindicais diante do entreguismo

Carta da CUT, FUP, CTB, UNE e MST a Dilma Rousseff

Inúmeros sindicatos e organizações populares, entre elas a CUT, a FUP e MST, foram a Dilma Rousseff, por meio de uma Carta, solicitar gentilmente que a presidente suspendesse o leilão do campo de Libra. Assim que se apresentam como “entidades representativas” e anunciam o objetivo da missiva, seguida de 88 assinaturas, reconhecem o grande feito de Lula que foi o de adotar o critério da partilha.

Eis: “Louvamos a iniciativa do então presidente Lula, que no momento da confirmação da existência das reservas do Pré-Sal, retirou 41 blocos do nono leilão, que iria ocorrer naquela ocasião. Ao fazê-lo, sabemos, o presidente contrariou fortes interesses, pois as empresas petrolíferas transnacionais, (...), tinham a intenção de fechar contratos de 30 anos de duração.” Continua: “Posteriormente, foi elaborado um marco regulatório para o setor do petróleo, no qual Vossa Excelência jogou importante papel ainda como Ministra. Consideramos que o novo modelo é muito melhor sob a ótica do benefício social que o modelo das concessões adotado e praticado no governo de FHC.”

Como se vê, as tais das “entidades representativas” estão de acordo que se façam leilões sob o critério da partilha. Mas então por que abriram exceção ao campo de Libra? Vejamos: “Estamos convencidos, por outro lado, que o caso do campo de Libra é particular e que o mesmo não pode ser leiloado (...). A área de exploração de Libra não é um bloco, no qual a empresa petrolífera irá procurar petróleo. Libra é um reservatório totalmente conhecido, delimitado e estimado em seu potencial de reservas em barris (...).”

Conclui, no ponto 5 da carta, com o pedido de que Dilma Rousseff se valha do artigo 12 da lei 12.351 de 2010, que regulamentou o critério de partilha. Eis a formulação: “Através deste artigo, a União pode entregar um campo, sem passar por licitação, diretamente para a Petrobrás, a qual assinaria um

contrato de partilha com a União, com o percentual do ‘óleo-lucro’ a ser remetido para o Fundo Social obtido por definição do governo.”

As 88 entidades que assinam a Carta denunciam o autoritarismo da Resolução n. 5 do Conselho Nacional do Petróleo (CNPE) que regulamentou o leilão. Reclama que o Ministério de Minas e Energia e os órgãos responsáveis pelo petróleo não permitiram acesso público aos documentos e estudos sobre o campo de Libra. De fato, não se tem precisão de dados, principalmente da estimativa de valor real da gigantesca reserva.

O que os governistas nacionalistas esperavam do governo pró-imperialista de Dilma? Que fossem ouvidos? Certamente, não se agarraram no estandarte de tal ilusão. O objetivo dessa ala esquerda nacionalista não passou de mascarar sua responsabilidade como governistas diante do brutal entreguismo de Dilma Rousseff.

Falsificando a soberania

Na introdução da Carta, anuncia-se a defesa da “soberania da nação brasileira e de nosso povo, sobre os recursos naturais, em especial o petróleo”. De fato, a entrega do campo de Libra foi uma violação da soberania nacional. Precisamente, mais um golpe na soberania. No entanto, a posição das entidades que assinaram a Carta não foi a de defesa da soberania.

Os assinantes não formularam uma resposta oposta à política entreguista do governo Dilma Rousseff. E, concretamente, não lutaram para valer contra o desconhecimento do governo da Carta e a realização do leilão.

Se as 88 entidades levassem a sério a bandeira de soberania nacional, teriam feito o fundo e o mundo para mobilizar a classe operária, os camponeses e a juventude. Teriam ido às últimas consequências na tarefa de desmascarar o governo entreguista e de levar os explorados a se chocarem com sua política de defesa do grande capital. Não estavam decididos a derrotar

o governo do PT, que é seu governo ou como dizem os burocratas do MST, um governo aliado no campo democrático e popular. Entre os 88 assinantes, estavam importantes centrais, sindicatos operários e movimentos sociais, como o MST.

Soberania na boca dos nacionalistas pequeno-burgueses e da aristocracia operária acomodada ao capitalismo é palavra ao vento. É a máscara com que se vestem para se identificar como esquerda reformista. Não apenas estão longe de admitir o conteúdo histórico da independência e soberania dos países semicoloniais, mas também o rechaçam para defender um governo entreguista enfeitado de democrático e popular.

A Carta enlameia a bandeira da soberania sobre os recursos naturais, desfraldada solenemente diante de Dilma, que estava decidida a cometer um dos maiores crimes contra os interesses nacionais do Brasil.

Ao louvarem Lula por ter substituído o critério de concessão pelo de partilha, os assinantes pisaram na bandeira de soberania. Ao lembrarem Dilma Rousseff de que quando ministra de Lula “jogou um importante papel” na elaboração do “novo marco regulatório”, cuspiram na bandeira de soberania. Ao recorrerem à lei 12.351, se curvaram diante do marco regulatório que permite a entrega dos reservatórios petrolíferos às multinacionais. Ao buscarem uma saída institucional no artigo 12, mostraram-se incapazes de lutar sob a bandeira do proletariado. Ao se colocarem em meio ao critério de Fernando H. Cardoso (PSDB) e Luis Inácio Lula da Silva (PT), meteram os sindicatos e os movimentos na armadilha do que é melhor.

Que conteúdo e fundamento a bandeira de soberania nacional ostenta? O conteúdo e o fundamento da nação oprimida impor ao imperialismo o monopólio de seus recursos naturais, o controle estatal da economia e a condução independente de sua política econômico-social. Como se vê, a soberania é uma conquista democrática antiimperialista. Caberia à burguesia nacional cumpri-la. Mas não pôde e não pode fazê-lo, por sua debilidade diante da burguesia imperialista e diante do proletariado, bem como pelos seus mesquinhos interesses. O nacionalismo que moveu setores burgueses e pequeno-burgueses fracassou justamente por ser impossível a nação oprimida se impor diante do imperialismo sob a direção burguesia servil. Não se pode defender a soberania sem que se tenha essa conclusão extraída do desenvolvimento histórico-político do País e das experiências com o nacionalismo.

O PT e sua burocracia sindical alimentaram a ilusão de que estava em marcha a constituição de um governo que edificaria a soberania nacional e popular. Lula desfez essa miragem antes mesmo de ganhar as eleições, assinando a Carta aos Brasileiros, cujo compromisso era o de não se meter a contrariar os negócios das multinacionais e do capital financeiro. Os seus seguidores e adoradores de esquerda justificaram de que se tratava de uma manobra para driblar a reação. Não foi o que ocorreu.

Não se trata aqui de demonstrar os passos de Lula em direção ao capital internacional e ao grande capital nacional a ele consorciado. Analisemos apenas sua política diante das riquezas naturais. Lula assumiu integralmente as privatizações das fontes de matérias primas realizadas no governo de FHC (PSDB). Sua ordem era a de não olhar o passado e não mexer em nada do que fora feito pelos neoliberais. Cumpria assim a



Manifestação tímida de protesto contra a entrega do maior campo de petróleo do Brasil

Carta aos Brasileiros.

Ocorre que não mudar o passado significava continuá-lo. O compromisso de Lula com a burguesia brasileira e o imperialismo era o de não provocar rupturas. Conflitos de interesses entre os capitalistas sempre haverá. Para solucioná-los, serve o governo. Um campo em que se desenvolvem frequentes conflitos é o da exploração exercida pela burguesia nacional e o da burguesia imperialista. As riquezas naturais são um dos principais campos de disputa.

O imperialismo não tolera que a burguesia nacional exerça o seu monopólio e dite as condições para explorá-la. O controle das fontes de matérias-primas, sejam exploradas ou potenciais, é parte da territorialização econômica imposta ao mundo pelos monopólios e trustes, e garantidas militarmente pelas potências. A descoberta do pré-sal não mudou em nada a relação do Brasil com as petroleiras. Todas estão muito bem instaladas aqui e partilham com a Petrobrás a extração do petróleo. Mas dado o volume dos campos em águas profundas e do pré-sal, Lula se viu na contingência de entregá-lo à prospecção.

O regime de concessão de FHC era um desbragado entreguismo. Não poderia mantê-lo. A solução foi a do sistema de partilha. Nele, a Petrobrás comparece como um pivô e como instrumento de política de Estado. Está aí por que despertou nos nacionalistas de esquerda a falsa ideia de que se estaria assim garantindo a soberania sobre os recursos naturais.

Os sindicatos dos petroleiros, a FUP e a CUT respiraram fundo em sinal de alívio. Pior seria se Lula seguisse as regras de FHC. Como nesse ponto foi possível não copiar com pequenas mudanças as diretrizes neoliberais do PSDB, os burocratas aplaudiram o caudilho por sua clarividência. O fato de um critério ser melhor que o outro, portanto, menos lesivo, não expressa uma política de independência nacional e não o torna instrumento de soberania. É o que acaba de ser demonstrado com a entrega do campo de Libra às multinacionais (Shell, Total, CNPC e CNOOC).

Não é preciso repisar que a quebra do monopólio do petróleo se tornou uma política de Estado no momento em que FHC abriu a Petrobrás para os investidores estrangeiros, entre eles as petroleiras. A semiprivatização da Petrobrás e a colocação da administração dos recursos petrolíferos nas mãos da Agência Nacional de Petróleo (ANP) foi um passo decisivo para entregar parcela crescente dos reservatórios para as multinacionais. A Petrobrás pode servir à política de governo até certo ponto.

Seu desenvolvimento está condicionado pelos investidores, que detêm perto de 50% de suas ações. A empresa brasileira se tornou refém da especulação na Bolsa de Valores.

Os nacionalistas que queriam de Dilma o cancelamento do leilão e que a Petrobrás assumisse a prospecção na forma de monopólio o campo de Libra, porém, fecham os olhos para a privatização da estatal. Não se pode desconhecer que a quebra do monopólio da Petrobrás foi uma exigência dos credores internacionais, assim como ocorreu com os minérios, a petroquímica, a eletricidade, a telefonia, etc. Essa foi a grande contribuição do PSDB e de seus aliados ao imperialismo. O que tem feito Dilma, além de entregar Libra? Tem privatizado portos, aeroportos, ferrovias e rodovias. O capital internacional não atua nas privatizações, consorciado com grupos econômicos brasileiros? Essa é a contribuição do governo petista ao imperialismo. A tentativa dos nacionalistas, da esquerda petista e dos burocratas sindicais de distinguir o governo do PSDB com o do PT, como se fosse a água e vinho, se tornou impossível.

O que pretendem fazer os burocratas após o leilão

A direção da CUT realizou uma reunião que decidiu pedir a Dilma Rousseff que lhe conceda um lugar na gestão do patrimônio entregue ao consórcio. Enviará em breve uma carta (mais uma que não servirá de nada, a não ser enganar os tolos), solicitando audiência com a entreguista.

Diz o comunicado que a central quer acompanhar os passos das multinacionais no sentido de cumprir os requisitos de conteúdo nacional. E de exigir que criem postos de trabalho no Brasil. Tomemos apenas um trecho do comunicado: “Queremos fazer parte da gestão desse patrimônio e queremos mostrar à presidenta que temos proposta no pós-leilão. Além disso, é necessário saber como é o poder de veto da Petrobrás, qual papel terá nesse processo, qual a estratégia para fazer com que os recursos do pré-sal sejam investidos na educação, na saúde e na distribuição de renda.”

O Planalto deve rir dos pretensos fiscais do consórcio. Não foram capazes de lutar contra o entreguismo de seu governo e

agora querem posar de auxiliares de capitão do navio. A CUT, assim, reconhece o leilão entreguista e mostra que fez uma oposição fingida, para depois pleitear participação.

O que se deve fazer?

Continuar denunciando o governo do PT e a burguesia brasileira por ter entregue para as multinacionais os recursos da nação semicolonial. Expor o conteúdo da independência e soberania nacional, como parte da revolução proletária, socialista. Demonstrar à classe operária e aos demais explorados, por meio da experiência, a falsificação de Dilma de que o petróleo de Libra continua em mãos do Brasil e que servirá para resolver o problema da saúde e educação públicas. Manter a luta contra o saque imperialista das riquezas nacionais e contra o entreguismo da burguesia servil. Desenvolver o programa de expropriação, sem indenização e nacionalização de todas as fontes de matérias primas e da indústria que as explora. Combater pela constituição de uma frente única antiimperialista, dirigida pelo proletariado, que unifique a maioria nacional oprimida contra a opressão nacional e de classe e que tenha por objetivo conquistar o poder do Estado e constituir um governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

Não cansamos de repetir que o fundamental da situação reside na crise de direção revolucionária. Sem o partido marxista-leninista-trotskista, o proletariado, os camponeses, as massas populares urbanas e a juventude oprimida ficam a mercê das direções colaboracionistas e traidoras. É o que acabamos de viver e ver com as posições da CUT, FUP, CTB, MST, etc, expressa na Carta à presidente Dilma e na passividade como assistiram a entrega do campo de Libra.

A classe operária brasileira é uma potência, mas se encontra completamente despolitizada e controlada pela política pró-capitalista do PT e aliados. A vanguarda deve levar a sério esse balanço e decidirem firmemente pela construção do Partido Operário Revolucionário, como parte da reconstrução da IV Internacional (do Partido Mundial da Revolução Socialista).

Publicamos abaixo um extrato do livro “Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo”, de Lênin. Escrito em 1916, mantém-se atual. A sua aplicação permite desenvolver o programa da revolução proletária. A entrega das riquezas petrolíferas do Brasil às multinacionais, que acaba de ocorrer com o leilão do campo de Libra, não tem como ser combatida sem que a vanguarda revolucionária se apoie na teoria marxista sobre o imperialismo.



“O que caracteriza particularmente o capitalismo atual é o domínio dos grupos monopolistas constituídos por grandes empresários. Estes monopólios tornam-se sólidos sobretudo quando reúnem apenas em suas mãos todas as fontes de matérias-primas e nós vimos com que ardor os grupos monopolistas internacionais dirigem os seus esforços no sentido de arrancarem ao adversário toda a possibilidade de concorrência, de se apoderarem, por exemplo, das jazidas de ferro ou de petróleo, etc. Somente a posse de colônias dá ao monopólio completas garantias de sucesso face a todas as eventualidades da luta contra os seus rivais, mesmo na hipótese de estes últimos ousarem defender-se com uma lei que estabeleça o monopólio de Estado. Quanto mais o capitalismo se desenvolve, mais se faz sentir a falta de matérias-primas, mais dura se torna a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas no mundo inteiro e mais brutal é a luta pela posse de colônias”.

**Manifesto do Partido Operário Revolucionário, distribuído na manifestação de 21/01 e nas fábricas
Aos petroleiros, a toda classe operária, aos demais explorados e à juventude oprimida**

Barrar a entrega do Campo de Libra ao capital imperialista Nacionalizar sem indenização toda reserva petrolífera Reestatizar a Petrobrás sob o controle operário da produção Organizar a Frente Única Antiimperialista em defesa da nação oprimida

O governo de Dilma Rousseff (PT) dá mais um passo no processo de privatização do petróleo e entreguismo de riquezas nacionais. Dizemos mais um passo porque o impulso privatizante foi dado pelo governo de Fernando H. Cardoso (PSDB).

Sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), tão somente se remodelou a forma do entreguismo. Em razão da descoberta do pré-sal, o formato de concessão cedeu lugar ao de partilha. Essa foi a via do governo petista disfarçar o entreguismo. A solução encontrada por Lula para se diferenciar de FHC deu ares de que em vez de entreguismo se tem a “parceria”. Segundo essa tese, não se trata do Brasil ter o monopólio sobre as reservas e sua exploração, mas sim o de partilhá-las com as petroleiras. Reservou-se à Petrobrás a figura de operadora dos campos de pré-sal, com a participação mínima de 30%. E se estabeleceu o critério de “conteúdo local” na utilização de equipamentos e serviços.

As multinacionais, evidentemente, não gostaram. Preferiam que o governo brasileiro continuasse com o entreguismo aberto das concessões. Qualquer tipo de controle de um Estado semicolonial sobre as fontes de matérias-primas não é bem-vindo ao capital financeiro e aos cartéis do petróleo. Não obstante, os controles parciais ou semicontroles são admissíveis em determinadas condições.

O imperialismo não impõe mecanicamente suas condições em qualquer momento. Diante de um governo que não pode ser francamente entreguista, como é o caso do governo petista, procura garantir seus interesses utilizando-se do poder de pressão econômica e diplomática. Para evitar a resistência das massas, o governo de plantão se mostra como aquele que está colocando limites ao saque. O imperialismo acompanha as manobras e pressiona para que o governo limite o saque ao mínimo possível.

O PT nasceu abraçado ao nacionalismo. Potenciou-se perante as massas e um setor da burguesia, criticando a política privatizante e neoliberal do PSDB. A revelação dos vastos recursos petrolíferos em águas profundas provocou um alvoroço. Trata-se de uma riqueza avaliada em trilhões de dólares. Lula se viu diante da necessidade de dar uma resposta. A fração francamente pró-imperialista defendeu a regra das concessões, com alguns condicionamentos, de forma a mascarar o entreguismo. Lula definiu-se pelo meio termo, nem tanto às multinacionais, nem tanto ao Estado.

Não há dúvida de que Lula assumiu a fisionomia de um governo do grande capital, como FHC. Mas com a diferença que FHC e PSDB não tinham bases populares. No governo de Lula, setores da burguesia expressaram interesses particulares, embora não tivessem se arvorado de nacionalistas. A pequena-burguesia, um pouco mais esclarecida, também se manifestou com maior presença no governo petista. E, por sua vez, foi relevante o apoio da burocracia sindical à política econômica de Lula.

A campanha publicitária de Lula procurou convencer os brasi-

leiros de que havia encontrado o “ovo de Colombo”. Entre a linha divisória do entreguismo e do estatismo, supostamente havia um espaço no qual confluíam os interesses nacionais e os internacionais. É como se criasse um equilíbrio de forças. Falsificou-se assim a possibilidade de garantir a soberania sobre os recursos petrolíferos sem recorrer ao monopólio estatal.

Acrescentou-se a essa campanha a farsa de um fundo social constituído com os recursos oriundos dos royalties, que serviriam à educação e à saúde públicas. É como se todos saíssem ganhando. As petroleiras podiam usufruir de uma das maiores reservas mundiais de petróleo e teriam seus lucros garantidos; os governos receberiam seu quinhão para aplicar em desenvolvimento; a indústria e os serviços nacionais veriam seus negócios ativados; os trabalhadores teriam mais empregos e a população seria presenteada com o aumento no orçamento da educação e saúde.

O milagre dos peixes petistas, no entanto, oculta que a preciosa riqueza natural finita e fundamental para o funcionamento da economia mundial é estratégica para um país de economia atrasada e semicolonial. A partilha, realizada por leilões, conclui colocando nas mãos do capital internacional o controle da mais importante fonte de energia.

Não faltam argumentos governistas de que a Petrobrás mantém o controle. Não é verdade, a Petrobrás está semiprivatizada. Os maiores acionistas são estrangeiros e vinculados às petroleiras. Há quem diga que o Brasil - e particularmente a Petrobrás - não tem recursos para explorar. Mentem. O problema não está na falta de recursos, mas no parasitismo da burguesia nacional e no seu entreguismo, que sangram o Tesouro Nacional com a monumental dívida, com a sangria dos juros, com os desperdícios, desvios, roubos, etc. À burguesia e aos seus agentes muito bem pagos não faltarão explicações para justificar o entreguismo e a dilapidação de riquezas nacionais.

O governo diz que o petróleo pertence aos brasileiros. E que com o sistema de partilha estará assegurada essa condição. Na realidade, não pertence aos brasileiros, mas aos capitalistas. Diz também que é uma riqueza que servirá ao desenvolvimento nacional. Também não é verdadeiro. Em grande medida, servirá ao capital multinacional. O capital nacional e o Tesouro continuarão na dependência dos interesses estratégicos externos.

O petróleo serviria ao desenvolvimento nacional caso estivesse estatizado, submetido a um plano econômico-social soberano e destinado ao desenvolvimento das forças produtivas internas. Tanto os defensores da partilha quanto os da concessão dirão que essa noção de desenvolvimento nacional está superada pela globalização, que é impossível de se realizar e que não passa de nacionalismo retrógrado e isolacionista. De fato, é assim sob a ordem capitalista. Mas se é assim, não há porque se falar em desenvolvimento nacional. Nem que o petróleo é dos brasileiros. O governo

e os lacaios do imperialismo usam uma nova versão do “desenvolvimento nacional” para mascarar o entreguismo.

O Brasil faz parte da economia mundial na condição de país atrasado e semicolonial. O fato de ter uma industrialização mais elevada que a maioria dos países semicoloniais não o transformou qualitativamente. Continua a cumprir sua função de produtor e exportador de matérias-primas e de bens agropecuários; de importador de manufaturados e de capital financeiro. Não é por acaso que se comenta que os 15 bilhões de dólares que entrarão imediatamente no Tesouro Nacional servirão para desafogar as finanças públicas, premidas pelo pagamento dos juros das dívidas interna e externa.

A Federação dos Petroleiros, sindicatos e Centrais estão limitando sua contestação ao campo de Libra. Mas Lula entregou outros campos (Tupi e Lula). Há também a extração de petróleo em terra. Em toda a parte, as petroleiras estendem seus tentáculos. O campo de Libra atrai a atenção pela potencialidade de 8 a 12 bilhões de barris. É preciso tomar de conjunto a questão petrolífera. Sem dúvida tem a ver com o “desenvolvimento nacional”. A burguesia brasileira não tem feito outra coisa senão abrir caminho ao capital imperialista. Os governos petistas se mostraram incapazes de enfrentá-la. Capitularam. Tornaram-se privatistas e entreguistas.

Os brasileiros cuja maioria é formada de operários, camponeses e classe média urbana não têm a noção do que significa para o País o entreguismo da burguesia, de seus partidos e de seus governos. O domínio imperialista interno é um dos mais poderosos entre os países semicoloniais. As massas oprimidas arcam com o saque imperialista, mas não alcançam compreender a necessidade de romper com esse jugo. O PT que se arvorou desenvolver uma consciência nacional entre os explorados conclui como servidor das multinacionais. E não há outra via para os explorados se levantarem contra o imperialismo e o entreguismo nacional a não ser construindo o partido marxista-leninista-trotskista. O Partido Operário Revolucionário é seu embrião. Luta pela superação da

crise mundial de direção.

A luta antiimperialista é parte da luta anticapitalista. Não se pode, portanto, desconhecer que o problema central reside na direção revolucionária. Mas a classe operária internacional tem seu programa extraído de longa experiência da luta de classes. Temos no Brasil suficiente experiência para concluir que a burguesia brasileira está tão profundamente atada ao imperialismo que não pode esboçar uma séria resistência. Somente a classe operária, apoiada na maioria nacional oprimida, pode se colocar pela defesa nacional. A estatização de todos os recursos naturais, sem indenização, a começar pelo petróleo, passou para as mãos do proletariado.

Os explorados estão diante de uma dura luta contra o entreguismo. Os petroleiros dão um passo adiante se colocando pela suspensão do leilão, mas de nada adiantará se esse passo não avançar imediatamente sob a bandeira de nacionalização e controle operário da produção. O perigo da política do faz de conta, do diversionismo e dos desvios burocrático-reformistas, traçada por setores do petismo e das esquerdas, está em que sirva de máscara para o governo levar adiante seu entreguismo sob a regra das partilhas.

A decisão da burguesia e seu governo em entregar o Campo de Libra por meio da partilha não poderá ser quebrada a não ser com uma ampla mobilização em todo o País. Ou as massas ganham as ruas, a exemplo do que fizeram em junho, ou Dilma Rousseff irá adiante com o leilão. É necessário que se organize uma frente única antiimperialista, baseada nos sindicatos, nos comitês populares, nas organizações estudantis e no movimento camponês. A luta para derrotar o entreguismo, encabeçada pelos petroleiros, é a prova concreta da necessidade de organizar o movimento antiimperialista e anticapitalista.

Vamos começar com a resposta incisiva: **NEM CONCESSÃO, NEM PARTILHA, ESTATIZAÇÃO SEM INDENIZAÇÃO SOB O CONTROLE OPERÁRIO DE TODOS OS RECURSOS E DE TODA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO.**

Somente as massas nas ruas derrubarão a lei da terceirização Que as Centrais e sindicatos convoquem e preparem uma greve geral contra o PL 4330

A votação do PL-4330 na Comissão e Justiça (CCJ) foi suspensa e a decisão foi para o Congresso Nacional. Os partidos da oposição burguesa manobram para que a votação seja o mais rápido possível. A burocracia sindical concentra seus esforços nas pressões parlamentares. A CSP-Conlutas advoga pelo arquivamento do PL. Na campanha salarial dos metalúrgicos, bancários e petroleiros constava a reivindicação contra o PL 4330. Porém, como mera propaganda.

A terceirização cresceu muito nos setores operários e de serviços. Os trabalhadores terceirizados constituem 15 milhões da força de trabalho. Basta um exemplo: na Petrobrás são 295 mil terceirizados e somente 76 mil com contratos diretos.

A classe operária e os assalariados em geral estão divididos entre os contratados diretos e os terceirizados. Quanto mais aumenta a terceirização, mais dificulta a luta por salário e direitos dentro de uma empresa. A aprovação do PL 4330 ampliará os serviços terceirizados para todas as atividades das empresas e dos serviços públicos. Desafogará a Justiça de milhares de

ações trabalhistas movidas pela mão-de-obra terceirizada.

O fim da terceirização depende da luta nas fábricas e nos setores de serviços. As manobras para impedir a votação no Congresso Nacional não derrubam a ofensiva dos capitalistas de rebaixar o valor da força de trabalho. O arquivamento ou a suspensão de um projeto de lei pode ser usado como parte de uma disputa interburguesa. Mas o arquivamento não significa a derrubada dessa lei antioperária.

A campanha pelo fim da terceirização e pela derrubada do PL 4330 é uma luta nacional. Depende da unidade entre os contratados diretos e os terceirizados. E as bandeiras que unificam são as do fim da terceirização, imediata contratação direta dos terceirizados e derrubada do PL que amplia a terceirização.

Não há outra saída para combater a terceirização se não for pelo método da ação direta. **Somente uma greve geral poderá quebrar essa ofensiva capitalista sobre os trabalhadores.** Sem a arma da greve, os capitalistas mais cedo ou mais tarde imporão mais medidas de precarização das relações de trabalho, como essa de avanço da terceirização.

Burocratas sindicais querem que Dilma Rousseff envie ao Congresso Nacional a proposta das Centrais de regulamentação da terceirização

Já em 2009, as Centrais Sindicais (CUT, Força Sindical, CTB e suas aliadas) apresentaram para o governo do PT uma proposta de regulamentação da terceirização. Pela proposta, aceita-se a terceirização com a condição de que não avance para a atividade-fim (para toda a empresa e serviços) e que os encargos trabalhistas fiquem sob a responsabilidade de quem contrata a empresa terceirizada.

Agora, diante da votação do PL 4330, as Centrais pedem que Dilma interceda junto ao Congresso Nacional em favor da

proposta. Até o momento, Dilma não se manifestou. A proposta das Centrais é de preservação da terceirização. Portanto, não corta o mal pela raiz.

A burocracia sindical é incapaz de combater a precarização do trabalho. Primeiro, concentrou os esforços em torno da comissão quadripartite (governo, parlamentares, burocracia sindical e empresários). Agora, corre atrás de Dilma. Entre uma ação e outra, os burocratas colocaram na pauta de reivindicações das campanhas salariais, mas somente para inglês ver.

Montadoras aproveitam o Inovar-Auto para se instalar no Brasil

O regime automotivo (Inovar-Auto) favorece as montadoras com subsídios fiscais e proteção de mercado. A burocracia do sindicato metalúrgico do ABC elogia a iniciativa do governo petista e anuncia que até 2017 serão instaladas mais de 11 montadoras de carros, caminhões e ônibus. Por sua vez, as montadoras disputam o mercado nacional. Dizem que a chegada de novas montadoras podem trazer “ociosidade” e uma “guerra de preços”. Noticiam que a GM chegou a oferecer juro zero para o financiamento de carros como mecanismo de redução dos estoques.

Apesar da enxurrada de montadoras, a venda de carros tem diminuído. A crise econômica colocou um limite para o endividamento das camadas assalariadas. Permanecendo os

estoques em torno de 40 dias, a única saída burguesa é reduzir a produção.

A “guerra” entre as montadoras cai para o lado do mais fraco: a classe operária. Aumento de estoque e redução da produção implica demissões.

A burocracia sindical de tão esperta ficou cega. Elogia o plano do governo e das montadoras e impõe a cegueira para a classe operária. As montadoras via-de-regra se instalam em regiões em que podem impor salários baixos e receber subsídios das autoridades. **É necessário que os metalúrgicos lutem por um contrato coletivo nacional, no qual se estipule um piso salarial não menor que os pagos no ABC.**

A Justiça determinou o fim da greve dos professores do Rio de Janeiro

Depois de mais de dois meses em greve e de brutal repressão policial, a direção sindical conduziu o movimento para as hostes da Justiça. Criou-se a ilusão em torno da ação judicial movida por parlamentares do PSOL que pedia a suspensão da sessão da Câmara de Vereadores que votou o Plano de Cargos e Salários do prefeito Eduardo Paes/PMDB. Depois, o sindicato recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília. Enquanto corriam os pedidos judiciais, a greve que envolveu as redes estadual e municipal se manteve.

O sindicato justifica que o STF acatou o pedido porque se tratava do corte do ponto da rede estadual. Como havia o problema da greve dos municipais, o Ministro Luiz Fux as tratou na mesma audiência.

A reunião de conciliação terminou com a suspensão dos

inquéritos administrativos sobre os grevistas, o não desconto dos dias parados mediante reposição de aulas e suspensão das multas impostas ao sindicato. Em relação ao Plano de Cargos e Salários e ao reajuste salarial, houve um acordo de abrir uma negociação entre o sindicato e os governos municipal e estadual. Como se vê, a manobra é descarada. A greve foi desencadeada e mantida por tanto tempo justamente porque o governo se recusava a atender as reivindicações.

Concretamente, sobre as razões que levaram a uma longa greve da educação, nada ficou resolvido. O STF deu um ultimato para que o sindicato suspendesse a greve. As assembleias, convocadas separadamente, ficaram à mercê das decisões da audiência de conciliação.

Mais uma vez, a lição a ser tirada é a de que recorrer à Justiça é colocar a corda no pescoço.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

“O Trabalho” concorre no Processo de Eleições Diretas (PED)

Não sabemos por que os lambertistas ainda se reivindicam do trotskismo

Está previsto para 10 de novembro o PED. Sua função é a de constituir a nova direção do PT, tanto a nacional quanto as estaduais. Concorrem seis candidatos à nacional: Rui Falcão, pela corrente majoritária de Lula “Construindo Um Novo Brasil”; Paulo Teixeira, pela “Mensagem ao Partido”; Renato Simões, “Pela Esquerda”; Valter Pomar, pela “A Esperança é Vermelha”; Serge Goulart, pela “Virar à Esquerda, Reatar com o Socialismo”; e Markus Sokol pelo “O Trabalho”, “Constituinte por Terra, Trabalho e Soberania”.

Inesperada foi a decisão de Raul Ponte, da Democracia Socialista, em não se candidatar. Parece que os mandelistas (seguidores de Ernest Mandel) estão desconjuntados.

O resultado do PED está previsto. Rui Falcão será reeleito e a fração majoritária de Lula continuará a mandar no PT. Houve uma alteração na chapa lulista. José Dirceu, que foi o chefe da corrente “Articulação” de Lula, e Delúbio Soares foram alijados da chapa oficialista. Isso porque ambos arcam com a Ação Penal 470 (“Mensalão”).

Segundo o jornal O Estado de São Paulo, Markus Sokol convidou os dois para ingressarem em sua chapa, em protesto ao fato do PT não defendê-los politicamente perante o STF. Mas ambos declinaram da boa vontade dos lambertistas. Não sabemos se Dirceu e Delúbio os agradeceram pela consideração.

Ocorre que “O Trabalho” tem sido o maior defensor dos condenados e crítico da direção partidária por não se rebelar contra o Supremo. Certamente, os lambertistas não se propõem a explicar porque o PT não combateu um julgamento político tão descarado. Teriam de concluir que o PT apodreceu assumindo a tarefa de governar o capitalismo. Não podem chegar a tanto. E não aceitam essa caracterização.

“O Trabalho” esconde sua adaptação à política pró-capitalista do PT e ao seu governo burguês sob o rótulo “da primeira experiência de organização independente de massa da história dos trabalhadores brasileiros”. Com certeza absoluta, os lambertistas não têm como demonstrar a independência do PT diante da burguesia e de seu Estado. De qualquer maneira, não se pode deixar de registrar que a discussão na formação de chapas se deu à sombra da Ação Penal 470.

As eleições (PED) também se viram diante de outra ordem de problema político. As mobilizações de junho estremeceram os petistas. Afinal, atingiram o governo federal e os governos estaduais. As manifestações em frente à Esplanada e à prefeitura de São Paulo se confrontaram com governos petistas.

Dilma Rousseff resolveu aproveitar a situação para colocar na ordem do dia a sonhada reforma política do PT. Entendem os petistas que com o financiamento público de campanha não precisariam recorrer ao dinheiro de empreiteiras, banqueiros, latifundiários e multinacionais. Acreditam que não precisaria que os Dirceus e Delúbios recorressem ao jogo ilícito do caixa 2. Assim, a presidente aproveitou os acontecimentos de junho e lançou inesperadamente a ideia de uma Constituinte e depois de um plebiscito. Estourou no ar a poucos metros do chão.

Os lambertistas correram a pegar um fiapo do balão de

ensaio e com ele hastearam sua bandeira: “Constituinte por Terra, Trabalho e Soberania”. Culparam o PMDB por ter explodido no ar o balão de Dilma. Assim, Markus Sokol teve um bom motivo para pleitear em sua campanha do PED o rompimento da aliança com o PMDB. Os governistas riem. Sem o PMDB, não há governo do PT. E se o PT romper a aliança com os peemedebistas, o que mudaria? Nada! O PT é um partido de colaboração de classes independente de sua coalizão com o PMDB.

Lembremos que José Dirceu e Lula tinham preferência pelo PSDB. Mas a aliança que lhes daria o poder presidencial era com o PMDB, tão rejeitado anteriormente devido aos seus vínculos com grupos oligárquicos. Essa parte da história do PT não interessa aos lambertistas. Muito menos interessa explicar como é que seu partido de massa independente se aliou com o maior partido da oligarquia e dele passou a depender para governar.

O que propõe Sokol? Eis: “Nós propomos Candidatos Próprios do PT em 2014, numa aliança limpa, por uma plataforma social e nacional, com o PCdoB e setores populares de partidos como o PSB e o PDT.” (“A Palavra do Povo”, plataforma da Chapa Constituinte por Terra, Trabalho, Soberania) Por que seria “limpa” tal aliança? O conceito de “aliança limpa” não delimita nada. É mais um palavreado moral. O PCdoB não é um partido burguês, é pequeno-burguês de orientação estalinista. Do ponto de vista da moral revolucionária, não pode servir a uma “aliança limpa”. Vendeu a alma para alcançar postos no Estado e seu corpo apodrece sem atenuante.

O que seria uma “aliança limpa” com setores populares do PSB e PDT? O PSB rompeu com o governo Dilma e se aproxima do PSDB. Já é oposição declarada. Não se tem notícia de que setores são esses que abandonariam seu partido para ficar com o PT. O PDT deu provas mais do que necessárias quanto à sua venalidade. Também gostaríamos de saber que setor popular sadio tem o PDT para compor uma “aliança limpa”. A plataforma de Sokol não se refere a outra ponta da aliança, onde está a direita mais empedernida (malufistas, evangélicos, ruralistas, etc.). A campanha dos lambertistas por uma “aliança limpa” é hipócrita.

Vejam outros aspectos. Defendem a reeleição de Dilma. Eis: “Para a reeleição em 2014, desde já, a presidente Dilma tem que tomar as medidas sociais e econômicas que confluam para criar uma força política popular de mudança.” Que patacoada! O PT detém a presidência da República por três mandatos consecutivos. Não fez senão atender aos interesses da burguesia. É uma vergonha ouvir de quem se diz trotskista que o assistencialismo burguês implantado por FHC, sob auspício do Banco Mundial, sob o governo de Lula resultou em avanços e conquistas sociais.

Uma só medida de Lula e de Dilma voltada a proteger as multinacionais do setor automobilístico bastaria para caracterizar o governo petista de pró-imperialista. Mas há um rol de medidas privatizantes e desnacionalizantes. Lula manteve

a quebra do monopólio do petróleo, modificou o critério de entrega dos reservatórios de concessão para partilha, manteve a penetração das petroleiras e Dilma acaba de fazer a maior entrega de todos os tempos.

Não é preciso ser marxista para reconhecer a política pró-imperialista de um partido. Mas vamos à essência. Lula e Dilma, assentados no PT e na mais ampla aliança que se tem na história política do Brasil, exerceram e exercem a ditadura de classe da burguesia. Como é que uma corrente que se vangloria de pertencer à IV Internacional simplesmente oculta a caracterização de classe do governo?

Para garantir o leilão entreguista do campo de Libra, Dilma Rousseff ordenou uma operação de guerra. Esteve na linha de frente da repressão a Força Nacional de Segurança, criada por Lula. Essa mesma força interveio nas greves operárias de Jirau

e Santo Antônio, auxiliando as empreiteiras a esmagar a rebelião dos trabalhadores. Que prova precisa “O Trabalho” para concluir que o PT se transformou em um partido da ditadura de classe da burguesia contra a maioria explorada?

É claro que há argumento para tudo. Os lambertistas dirão que a experiência das massas com o PT não foi concluída, que o partido ainda conta com apoio popular, que dirige os principais sindicatos, etc. Há muito o POR vem demonstrando que o PT apodreceu na política burguesa e que defender seu governo reforça e retarda as ilusões dos explorados. Dizemos a verdade sobre o papel do PT em manter a ordem capitalista e fazemos a crítica nua e crua às traições suas e as de sua burocracia sindical. O Trabalho, ao contrário, falseia a caráter de classe do PT, oculta suas traições e colabora para o engano eleitoral dos explorados.

Natal - RN

PSTU comemora vitória do Passe Livre na Câmara de Vereadores

O movimento pelo passe livre retomou as ruas em Natal quando do aumento da passagem de ônibus. Na ocasião, o movimento que começou em defesa da manutenção da tarifa anterior, evoluiu para a defesa do passe livre. As manifestações estavam declinando quando explodiu as movimentações de junho. Assim, ganhou novo fôlego.

Durante todo esse momento, a participação da vereadora do PSTU foi tímida. Presente em algumas manifestações, esteve ausente em quase todas as plenárias do movimento. É importante salientar, inclusive, que o movimento contra o aumento das passagens iniciou em detrimento da existência de um parlamentar dito trotskysta na Câmara de Vereadores de Natal. Em detrimento, sem a sua participação e até alheio a sua eleição.

Quando o movimento ainda não tinha perdido toda sua força nas ruas, começou a ganhar corpo na plenária do movimento a ideia de fazer um Projeto de Mobilização Urbana para votação na Câmara de Vereadores. Novamente, alheio, distante e até em detrimento do movimento, a vereadora do PSTU apresentou um Projeto Pelo Passe Livre em Natal.

O Projeto foi aprovado na primeira votação com adendos e vetado pelo Prefeito sob o argumento de que não discriminava de onde tiraria o dinheiro para financiar o passe livre. Na votação do veto do Prefeito na Câmara, o Projeto teve seu veto do Prefeito mantido pelos vereadores burgueses.

A atuação do PSTU/Amanda Gurgel

O PSTU não fez mobilizações para os explorados fazerem a experiência com o parlamento municipal burguês. A Conlutas não mobilizou seus sindicatos e não convocou uma plenária para discutir tanto a elaboração quanto a luta pelo passe livre. Nem sequer os lutadores da plenária do movimento foram convidados a participar de um projeto elaborado coletivamente. Não, o PSTU organizou tudo, Amanda Gurgel lutou contra o vereador do PSOL para deixar claro que era ela a autora do Projeto e as mobilizações circunscreveram aos seus militantes e os que se autodenominam “anarquistas” dos quais os more-

nistas vem uma possibilidade de fagocitá-los.

Os morenistas caracterizaram a primeira votação como uma vitória. Não perceberam a encenação dos vereadores da burguesia. Foi um jogo de encenação. Os vereadores dos transportes coletivos privados de Natal fizeram demagogia. Votaram em um Projeto para o seu Prefeito vetar e depois manterem o veto do executivo. A Câmara demonstrou ao PSTU o seu caráter de classe e a impossibilidade do capitalismo fornecer o mínimo que for para os trabalhadores e explorados em geral.

Além disso, é importante salientar, o Projeto tinha sérias limitações. Foi o vereador burguês arrivista, corrupto e oportunista Luiz Almir que defendeu a inclusão do desempregado no Projeto.

Uma limitação fundamental do Projeto está na ausência da defesa da estatização com controle dos trabalhadores. O Projeto foi idealizado para conquistar alguma migalha na Câmara e servir de baluarte eleitoral para os pseudo-trotskystas. O passe livre para estudante deveria ser financiado pelo poder estatal municipal. Ou seja, dinheiro público subvencionando o lucro capitalista das empresas privadas de transporte. O passe livre sem a estatização e controle dos trabalhadores é fortalecer a mercadorização do transporte que deveria ser um direito da classe dos explorados e não um serviço voltado para o lucro.

Questionada pela repórter televisiva sobre quem pagaria pelo passe livre para estudantes, Amanda Gurgel/PSTU aventou a possibilidade de impostos do Estado ou da União. Ou seja, ao invés de defender a estatização, a vereadora tentou encontrar uma saída dentro do sistema capitalista.

Próximo passo do PSTU é acionar a Justiça burguesa para questionar a Câmara. Os morenistas comeram do mel das eleições burguesas e estão se lambuzando. Ou será que entraram na pocilga do parlamento capitalista e estão se lameando?

Em todo caso, o POR apoiaria o Projeto pelo Passe Livre do PSTU se fosse usado para mobilizar os trabalhadores e demonstrar o caráter de classe da Câmara de Vereadores. Mas a atuação do PSTU foi de fortalecer as ilusões eleitorais dos trabalhadores, por isso a mobilização restrita e a luta política limitada.

Política privatista para a saúde avança com mais benefícios às operadoras de planos de saúde

Congresso perdoa dívida de cerca de R\$4 bilhões a planos de saúde, BNDES amplia linhas de crédito para Unimed e Dilma assina Decreto para que fundação privada controle planos de saúde dos servidores.

O entreguismo do governo de Dilma também se manifesta na política para a saúde. Quem dita as medidas do governo são os grandes grupos do mercado dos planos de saúde (Bradesco, Qualicorp e Amil). O setor também está sendo desnacionalizado e o objetivo das corporações e do governo é expandir os planos de saúde para a população de baixa renda, sepultando de vez o SUS, já moribundo.

Isenção bilionária

Diante da cobrança da receita federal de dívidas de PIS e Cofins das administradoras de planos de saúde, o governo emitiu a MP 619, de 01/10/2013, aprovada pelo Congresso Nacional. Pela medida, além da anistia de dívidas passadas, a base sobre a qual os tributos incidem foi reduzida em 80%, com a exclusão dos “custos assistenciais”, para futuros pagamentos. O estímulo fiscal dado por Dilma é fruto de seus encontros com dirigentes das maiores operadoras de planos de saúde e da ocupação de postos chave da Agência Nacional de Saúde (ANS) por executivos ligados a estas corporações.

Planos de saúde de servidores

Dentro da política privatista, o governo federal também beneficia, residualmente, setores oriundos da burocracia estatal petista. Dilma assinou um decreto para que a Geap Autogestão em saúde passe a administrar os planos de saúde de cerca de 3 milhões de usuários, hoje pulverizados em 34 operadoras, num mercado estimado em R\$10 bilhões ao ano. A Geap foi criada pelos próprios servidores para atuar originalmente nos ministérios da Previdência e da Saúde, a Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (Dataprev) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com dirigentes indicados por estas entidades. Porém, seus negócios se expandiram. Hoje, abrange cerca de 100 órgãos, atendendo mais de 600 mil servidores. Em dez anos, a União repassou R\$1,9 bilhão para a Geap.

A medida enfrenta a oposição burguesa, que quer que este mercado continue aberto para a concorrência (onde imperam os grupos monopolizadores). Por isso enfatizam a crítica na falta de licitação para firmar convênios com uma fundação privada. Além disso, a Geap está sob intervenção, por estar com uma dívida de R\$260 milhões. O TCU alega que a fundação só pode firmar convênio sem licitação com seus patrocinadores originais, mas o decreto de Dilma permite convênios com o Planejamento, pasta que gerencia a folha de pagamento do funcionalismo, sem licitação e sem prestação de contas.

BNDES financia ampliação da rede hospitalar privada

Uma das prioridades da política de saúde de Dilma, assim

como de governadores e prefeitos, é o incentivo à rede hospitalar privada. Um dos grupos beneficiados é a Unimed que está recebendo créditos do BNDES para ampliar sua rede de hospitais próprios e estabelecer convênios com o SUS. Um exemplo disso é o crédito de R\$ 185 milhões, obtido pela Unimed-BH para construir três unidades ambulatoriais e um Instituto de Desenvolvimento, Ensino e Pesquisa em Saúde. Como contrapartida, parte dos recursos deve ser investida em projeto de responsabilidade social. Ou seja, medidas de marketing da empresa. Vale lembrar que o Sistema Unimed conta com 323 operadoras que, juntas, faturaram R\$ 33,9 bilhões em 2012. A Unimed também se destaca no financiamento de campanhas eleitorais, investimento amplamente recompensado pelos governos.

Está em andamento, também, a criação de uma linha de crédito do BNDES para financiar a ampliação da rede hospitalar das operadoras de planos de saúde em geral. Hipocritamente o governo alega que é para suprir a demanda, pois os planos não têm estrutura suficiente para atender seus 49 milhões de clientes. Estima-se que há uma carência de 12 mil leitos no país. Em claro benefício à corporação norteamericana *United Health* – que comprou a AMIL –, no ano passado, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, tem como meta liberar a compra de hospitais pelo capital externo, o que hoje é impedido pela legislação.

Resposta dos movimentos

A resposta dos movimentos da saúde é a denúncia da privatização e a queixa de que o governo deve financiar o sistema público. Pedem a revogação das isenções e do financiamento aos planos de saúde privados. Reivindicam também que estas iniciativas do governo federal passem pelo “controle social” dos trabalhadores e usuários. Esta é uma resposta limitada que admite a coexistência entre o sistema público e privado, ou seja, a inevitável destruição do público.

Nosso direito à saúde está em choque com as multinacionais, corporações e demais grupos que mercantilizam a saúde, portanto, nossas reivindicações devem expressar este fato. *Por isso, a bandeira central para combater as benesses aos capitalistas, a privatização e a desnacionalização é a de expropriação da rede privada de saúde, sem indenização e a constituição de um Sistema Único de Saúde público, gratuito e sob o controle dos trabalhadores.* O controle dos trabalhadores deve ser feito de forma coletiva por meio de comitês e assembleias de base. Os mecanismos de “participação popular” estatais são mera caricatura, pois promovem o pacto social, a cooptação das lideranças e a domesticação da revolta dos trabalhadores.

Aquira as Obras Completas de Guillermo Lora. 67 volumes de mais de 500 páginas cada. A experiência histórica de construção do Partido Operário Revolucionário na luta de classes. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

O programa “Mais Médicos” dentro da política de privatização e desnacionalização da saúde

O Comando Local de Mobilização Estudantil (CLME) fez, no semestre letivo passado, uma discussão com os estudantes dos cursos da Saúde (Enfermagem, Medicina e Psicologia) da UFCG sobre a política dos governos para a área, com ênfase no programa “Mais Médicos”. Com a volta às aulas, em 29 de outubro, devemos retomar as atividades deliberadas.

Além do debate nacional, está em questão a pressão do MEC e reitoria pela adesão da UFCG ao programa. Antes do debate, houve uma discussão com o diretor do CCBS quanto a esta adesão. O burocrata veio com a velha história de que é necessário aderir para garantir mais recursos. O problema é que já faltam professores para a preceptoria dos estudantes, deslocá-los para o programa do governo federal acentuaria o problema. Os estudantes reivindicaram um seminário aberto à comunidade para debater o programa e uma assembleia geral na universidade para deliberar sobre a adesão. Este caminho da assembleia geral universitária vem como uma lição da luta contra a EBSEH e expressa a defesa da autonomia universitária. Devemos combiná-la com a defesa do financiamento integral, basta de chantagens do MEC. A precarização é uma política governamental deliberada. Como não aderimos à EBSEH, o HU está com suas condições de funcionamento estranguladas. O caminho não é ceder, mas sim avançar na luta contra todas as formas de privatização e precarização.

Quanto ao programa “Mais Médicos”, a Corrente Proletária Estudantil, que compõe o CLME, argumentou que a postura corporativista e elitista da categoria médica, que repercutia na maioria dos estudantes da Medicina, está criando uma falsa polarização como se devêssemos optar entre o apoio ao plano do governo ou à casta médica. Nada mais falso.

Por onde começar a luta

A defesa da saúde parte da defesa das condições de vida dos oprimidos. É evidente que qualquer médico é melhor do que nenhum, por isso não combatemos o programa em seu conjunto, na medida em que reflete de maneira deformada as reivindicações das jornadas de junho por mais saúde. Com este programa, o PT pretende recuperar os pontos de popularidade perdidos e potencializar a candidatura do ministro Padilha para o governo de São Paulo.

O argumento de que falta estrutura para o trabalho médico no interior e nas periferias das grandes cidades não deve ser utilizado apenas para se opor ao programa. Para que a categoria seja consequente com essa justificativa, deve realizar uma campanha nacional pela melhoria das condições de trabalho e das condições de vida dos pobres. Isso significa desenvolver a luta contra a expansão da rede privada de saúde, uma vez que este avanço, juntamente com o processo de desnacionalização, condiciona a precarização do sistema público de saúde.

Ocorre que a calamidade sanitária é um problema de classe, pois os ricos não têm problemas com falta de estrutura, têm acesso aos medicamentos e à alta tecnologia, tanto para prevenção quanto tratamento. O problema da saúde restringe-se aos explorados. A oposição ao programa é uma postura cor-

porativista, pois visa unicamente a proteger a categoria, que detém o monopólio do conhecimento técnico e científico da saúde. Por outro lado, é elitista e preconceituosa, já que trata os cubanos como profissionais (e, por vezes, seres humanos) inferiores.

Posição de classe

A posição dos médicos deve ser entendida como expressão da sua posição de classe. Como pequenos burgueses, são obrigados a realizar jornadas de trabalho extremamente extensas, pois sua “posição social” exige um grau intenso de trabalho para manter o nível de consumo exigido socialmente. Ao invés de combater o sistema privado, conciliam o trabalho no SUS com o trabalho nas clínicas particulares. Em vez de combater os planos de saúde que exigem altas taxas de adesão e pagam pouco pelas consultas, fortalecem seu corporativismo e agem de forma eleitoreira em um desgaste exclusivo do governo petista. Os médicos identificam-se com a burguesia, mas a crise econômica os atinge também. Temendo fazer parte da classe média arruinada, rechaçam qualquer concorrência.

A presidente Dilma Rousseff sancionou, em 21 de Outubro, a Medida Provisória 621/2013 que regulamenta o programa. O único parágrafo vetado foi aquele que proibia o médico intercambista de exercer a Medicina fora das atividades do Projeto, apresentado pelo líder do PSDB na Câmara, Carlos Sampaio (SP). Essa medida desagradou a oposição e o Conselho Federal de Medicina (CFM).

Diferentemente de parte da esquerda que apoia o programa, a Corrente Proletária alerta que esse é o mesmo governo que está impondo a EBSEH, que ataca as massas que se levantam em luta e que canaliza rios de dinheiro para os empresários da saúde. O orçamento do governo federal para 2012 previa 3,98% do orçamento público para à saúde, e 0,14% ao saneamento, enquanto para o pagamento de juros e amortizações da dívida que consome 47,19% do orçamento da União. Não se pode abstrair dessa realidade ao debater os programas governamentais. O governo ataca as condições de vida das massas em favor dos capitalistas. As medidas paliativas são eleitoreiras e a solução dos problemas dos explorados não virá do governo reformista e pró-imperialista do PT de seus aliados. As conquistas serão conseguidas por meio da luta unitária em defesa das condições de vida da maioria social explorada.

Ativar o DCE

O DCE da UFCG, que é dirigido pelo PCR, não impulsiona a organização e luta no interior da universidade. Não promove debates e não realiza assembleias para que tire um posicionamento claro e um calendário de luta. Prefere culpar os estudantes pela desmobilização. Não trabalha politicamente pela unidade do movimento. Certamente, estão preocupados apenas com as eleições que se aproximam. Sua direção visa apenas a se perpetuar e aparelhar o DCE, ao invés de desenvolver a luta contra os ataques que a juventude

e os trabalhadores vêm sofrendo. É necessário que os estudantes da área de saúde em particular, aliados com os demais estudantes da UFCG, se mobilizem em torno da realização de uma assembleia universitária e que retomem as pautas de reivindicações, aprovadas em 2012. Para isso é necessário que os estudantes retomem a luta em torno da defesa da saúde como um direito e que exijam do DCE o cumprimento de suas responsabilidades.

O programa “Mais Médicos” não vai solucionar o problema da saúde. Somente a criação de um Sistema Único de Saúde, de fato integralmente público e gratuito e controlado

pelos trabalhadores, vai atacar as raízes do problema da saúde e solucionar as mazelas sanitárias. Para isso, é preciso articular as consultas com a melhoria dos serviços de saneamento, alimentação digna e acesso aos remédios. Por isso, o problema da saúde será resolvido combatendo pela expropriação dos monopólios da indústria farmacêutica e do sistema privado de saúde (nacional e estrangeiro); com a defesa do salário mínimo vital (reajustado automaticamente diante da inflação) que garanta condições dignas para as famílias trabalhadoras; e com a luta por trabalho a todos por meio da escala móvel de horas de trabalho.

Paraíba

MST vai às ruas em Patos, Sousa e João Pessoa por terra e investimentos

O MST iniciou, no mês de Outubro, uma jornada de lutas em defesa da desapropriação de terras e investimentos nos assentamentos existentes no estado da Paraíba. No dia 16, houve protestos em João Pessoa e na cidade de Patos, sertão paraibano. Na capital, 1.500 manifestantes ocuparam a agência da Caixa Econômica Federal e bloquearam, nos dois sentidos, a Av. Epitácio Pessoa, entre as 9h e 15h. Ao meio-dia, o batalhão da PM tentou liberar o tráfego; os manifestantes se recusaram. Em Patos, a manifestação foi organizada em conjunto com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). O que desencadeou as ações foi a decisão do governo federal que transferiu do INCRA para a Caixa Econômica a responsabilidade sobre as casas existentes nos assentamentos de toda Paraíba, tornando os assentados dependentes do programa “Minha Casa Minha Vida”. No dia 14, o MST iniciou uma marcha que saiu de Caaporã, na divisa com Pernambuco, rumo a João Pessoa. Chegaram à capital no dia 17, com cerca de 2.500 militantes. Tentou-se uma reunião com o governador Ricardo Coutinho (PSB), mas não houve acordo e Coutinho não recebeu os manifestantes. Diante da recusa, o MST ocupou o prédio do INCRA, fez reunião com o representante do órgão, que agendou nova reunião. O MST aguarda o cumprimento da promessa feita pelo governo estadual de realizar desapropriações no estado. Buscam também sensibilizar o governo Dilma para retomar a política de assentamentos, absolutamente abandonada pelo governo atual. As ações, segundo a direção do movimento são, portanto, para pressionar os governos federal e estadual.

No dia 21, o MST continuou a utilizar-se do método da ação direta para forçar o governo a recebê-lo. Em João Pessoa, o movimento se deslocou do INCRA para o Centro Administrativo do Estado, no bairro Jaguaribe. Realizou piquete em frente ao prédio, bloqueando a entrada com barricadas. A Polícia Militar foi mobilizada, o movimento resistiu e foi duramente reprimido, com tiros e bombas. As mobilizações do centro foram seguidas, desta vez, pela cidade de Sousa. Com mais de 100 militantes, o MST interditou a BR 230 entre as cidades de Sousa e Aparecida. Em ação coordenada e paralela à mobilização na capital João Pessoa, após 8 horas de bloqueio, o MST liberou a

BR que liga as duas cidades do sertão paraibano, depois que o movimento acordou uma reunião com o governador que, após morder os camponeses com a sua polícia, agora concorda com uma reunião para soprar mais promessas aos agricultores dos assentamentos, cujas dívidas e impactos da seca os colocam em condições cada vez pior.

O MST vai às ruas com o método correto da ação direta. Porém, sua estratégia de “Reforma Agrária Popular” se assenta na esgotada tese da democratização do Estado burguês, cujo caráter passaria a ser o de propulsor do desenvolvimento do mercado interno, fazendo com que o país atinja a soberania. A reforma agrária teria, portanto, um caráter progressista e seria do interesse de toda a sociedade brasileira. As multinacionais, que monopolizam toda a cadeia produtiva da agricultura brasileira, determinam, em última instância o caráter da política agrícola e agropecuária do governo. A concepção reformista do movimento, partilhada com o PT, que advoga a conquista da soberania sem a expropriação das multinacionais, impede que o MST rompa com o governo, fazendo com que sua direção continue rechaçando a solução revolucionária para a chamada “questão agrária” no Brasil. Como consequência dessa política, o MST faz sua jornada de luta com objetivo de pressionar os governos, mas não se apoia na estratégia programática de identificar a pobreza no campo como expressão do avanço da exploração capitalista. Tal avanço se efetiva por meio da desnacionalização das terras e do avanço dos latifundiários sobre as pequenas propriedades – processo que implica e violência contra os camponeses com anuência dos governos – e sobre a natureza – com a expansão da fronteira agrícola.

A posição programática desenvolvida pelo POR é de que a revolução agrária é parte da revolução social proletária, cuja tática implica na união operária e camponesa contra toda a burguesia. O PT, que desenvolveu a tese da democratização do Estado foi obrigado a se envolver com os setores mais reacionários da burguesia. O MST deve fazer o balanço dessa experiência e romper com o governo. A radicalização das ações se mostra como o único caminho para arrancar as conquistas e avançar na luta contra a política de privilégios ao agronegócio em detrimento das condições de vida dos camponeses pobres e do proletariado rural.

Movimento de estudantes da USP por democracia no fio da navalha

Não aceitar a enrolação da reitoria na negociação! Impor pela força da mobilização as condições da negociação! Não se distrair com a estatuinte manejada pela casta burocrática!

A quarta assembleia geral dos estudantes teve como ponto mais polêmico a resposta à repressão policial a mando do governador Alckmin, no dia 15/10, sobre a manifestação que se dirigia com cerca de duas mil pessoas até o Palácio dos Bandeirantes. Nesse dia, os policiais encurralaram os estudantes na Marginal Pinheiros, e dispersaram a marcha com bombas, gás, balas de borracha e dezenas de prisões.

Duas propostas se colocaram: a da direção do DCE (PSol/PSTU), com apoio da LER-QI, de fazer um ato/show dentro da universidade, com a presença de parlamentares e professores chamados “notáveis”; e a da Corrente Proletária/POR, apoiada pelo MNN e PCO, que era a de voltar para o mesmo percurso, não acatando a repressão policial, e convocar os demais movimentos que também estavam sendo reprimidos, como o movimento por moradia e por transporte, para uma manifestação conjunta, contra a repressão governamental. Após a discussão e a tentativa da mesa de votar apenas os contra e a favor da proposta do ato/show, a maioria decidiu pelo ato de rua, que deveria articular com os demais movimentos seu trajeto.

Comando de greve: manejado pela direção e à revelia da assembleia geral

A primeira reunião do comando de greve, um dia depois, discutiu o calendário de mobilização e a comissão de negociação.

No calendário, apoiando-se numa pequena maioria de delegados (diferença de menos de dez num total de 130 inscritos), a direção do DCE mudou a decisão da assembleia: o ato de unidade com os movimentos reprimidos passou a ser um ato “dos estudantes da USP”. E por pouco não virou ato/show, proposta que tinha sido derrotada na assembleia. Rumores de que a manifestação de protesto contra a repressão aos professores no Rio de Janeiro seria um dia antes abriu a brecha para se cogitar um ato dentro da universidade, atendendo à imposição da repressão governamental. Mas a confirmação da data para o dia 22/10 esvaziou essa manobra. Depois, no dia da manifestação, parcamente convocada e com caráter de ato da USP, decidiu-se suspender a ida à Avenida Paulista e encerrar o ato nas vizinhanças da universidade.

Na votação do comando de mobilização, duas propostas se confrontaram: a de que o DCE estivesse representado, mas deixasse as demais vagas para estudantes da base, e a de que o DCE pudesse disputar também as demais vagas. Venceu esta última, por poucos votos. Isso deu ao DCE a possibilidade de ter dupla representação, ou até mesmo ter todas as vagas dentro da comissão, exceto a de um estudante eliminado, que só poderia ser de oposição. E foi o que aconteceu, pela via da manobra.

A proposta de formação da comissão da direção do DCE foi a de submeter a votação à divisão da universidade por áreas de conhecimento. A divisão entre exatas, humanas e biológicas não corresponde à mobilização dos estudantes, e sim à sepa-

ração imposta pela burocracia universitária, contra as aspirações estudantis de interdisciplinaridade. Foi imposta assim na formação da Fuvest, na época da ditadura militar. Jamais se poderia tomá-la como base para a organização do movimento. Sem falar que a mobilização não é homogênea entre esses setores, o que faz com essa escolha deformasse a representação dos estudantes mobilizados. Assim, se votaram os delegados uns contra os outros dentro da mesma área, o que deu um caráter plebiscitário à escolha. Com sua pequena maioria, o DCE pode assim eleger os três delegados para a negociação, excluindo as forças de oposição.

Negociação: o DCE faz o que bem entende

Já na primeira reunião de negociação, a direção do DCE anulou a decisão do comando: colocou três membros do DCE e mais os seus delegados eleitos, e caracterizou os representantes de Sintusp e Adusp como “observadores”, quando o comando os tinha nomeado como membros efetivos. A comissão de negociação ficou assim descaracterizada. O reitor/interventor nomeou uma comissão da reitoria para representá-lo e indicou um lugar fora da universidade para realizar o encontro, assim estaria fora da pressão de manifestações.

Já na primeira reunião, deixou claro que não negociaria a suspensão do processo de escolha do novo reitor, em andamento, nem garantiu que não haveria processos e sindicâncias contra os manifestantes.

Na segunda reunião, a comissão do reitor veio com a proposta de não anulação do semestre (que não quer dizer nada, porque nunca se anulou um semestre na USP por conta de greves), reivindicou a devolução do relógio da Praça Central da universidade em troca de religar a água e luz da ocupação da reitoria, e indicou que o primeiro Conselho Universitário (C.O.) de 2014 discutiria a instalação de uma estatuinte. Novamente, a reunião ocorreu na sede do CRUESP, fora da universidade, e não se garantiu que não haveria punições aos estudantes em luta.

Quinta assembleia dividida ao meio se depara com as propostas do reitor

A assembleia de 24/10 teve de responder às propostas da reitoria à comissão de negociação. Já na primeira delas, a da garantia de não cancelamento do semestre, a Corrente Proletária propôs a rejeição, pois ela determinava que o ajuste do semestre seria decidido pelas burocracias da universidade. Propusemos que a questão da reposição fosse decidida nas assembleias dos três setores nas unidades, após o fim da greve. A votação foi muito apertada (237 a 230, com várias denúncias de manipulação da contagem pela direção do DCE), em favor da aceitação da proposta. Essa proposta da reitoria não significa nada de concreto, mas como foi aceita pelos estudantes, será contabilizada pela direção do DCE como “conquista”, portan-

to uma migalha a ser apresentada para encerrar o movimento nos próximos dias.

A segunda votação foi a de se os estudantes aceitariam ou não a proposta de estatuinte do reitor/interventor. O PSTU tomou a palavra para defender que não se deveria aceitar uma estatuinte que não fosse livre, democrática e soberana. A Corrente Proletária/POR se colocou por outra proposta: que não se negociassem propostas da reitoria sem que fosse garantida antes a não punição dos lutadores e o fim dos processos e eliminações/demissões políticas. Não tem cabimento falar em democracia sob o terror das perseguições políticas e repressão em andamento na universidade.

A votação dessas propostas também foi extremamente dividida, como a anterior. Configurou-se assim uma assembleia dividida em dois lados, um ligado à direção PSol/PSTU e outro de oposição. O grave dessa votação é que se afirmou que se aceita uma proposta de estatuinte, mal chamada de livre, soberana e democrática, mesmo sob a repressão da reitoria. Uma votação de aceitação dos processos políticos.

A terceira proposta da reitoria foi a religar água e luz na reitoria ocupada em troca da devolução do relógio central da universidade. Note-se que o relógio não está ocupado, apenas se quebraram os cadeados de forma a permitir que se pendurassem faixas nele. A proposta de “troca” da reitoria só servia para passar a falsa impressão de que havia alguma negociação real, quando o fato é que a reitoria se colocou de forma intransigente. A estatuinte é um instrumento nas mãos da burocracia, que pressiona e impõe seus interesses aos funcionários e à maioria dos professores. Não foi à toa que a maioria do C.O. já se colocou em votação favorável a sua realização, só não se efetivando em 1/10/13 por conta de não ter alcançado os 2/3 necessários.

A seguir, a assembleia votou o adiamento das eleições do DCE e propostas de calendário imediatas. Dentre elas, uma ganhou destaque: se se fariam um piquete nas obras na nova reitoria, que têm em seu projeto a destruição de espaços dos estudantes e funcionários, e se se destruiria o muro que separa a USP da Favela São Remo; ou se se faria apenas mais um trancaço nos portões da universidade, como pretendia a direção do DCE. Nesse momento, a direção do DCE ficou em minoria apertada. Foi então que se inventaram uma série de questões de ordem, que na verdade repetiam a mesma votação: piquete e derrubada do muro ou trancaço. Seis votações com contagem de todos os presentes foram feitas, até que na última delas a direção do DCE voltou a ter a maioria apertada. Essa manobra levou a discussão na assembleia até próximo das duas horas da manhã. Expressou a extrema necessidade da direção do DCE em não radicalizar o conflito com a reitoria, diante da proximidade de uma negociação que será usada na tentativa de por fim ao movimento.

As contradições da luta por democracia na USP

O movimento atual carrega em si muitas contradições, que lhes impõem limites de um lado e o potenciam de outro.

A luta por diretas para reitor não empolgava ninguém até a poucos dias do C.O. de 1º de outubro. No entanto, muitas lutas isoladas se desenvolviam em algumas unidades (São Francisco e EACH, por exemplo), e havia muito descontentamento em

outras.

O reitor/interventor administrava uma divisão no interior da burocracia, que mostrou em vários momentos não agir centralizada por Rodas. A proposta da reitoria, de mudar as eleições para reitor tornando-as diretas e aplicando a LDB (70% para professores, 15% para estudantes e 15% para funcionários), abriu a possibilidade de negociação ao redor de sua essência com as direções sindicais. Mas um setor majoritário da burocracia, expressando as pressões da burguesia paulista mais direitista, formulou a poucos dias do C.O. uma proposta de preservação da forma atual de eleição, com a alteração mínima de suprimir o segundo turno. Essa proposta de manter a estrutura ultra autoritária causou um choque entre a burocracia universitária e os sindicatos. Preparou-se a ocupação da reitoria se o C.O. se negasse a fazer uma reunião aberta. A ocupação ganhou projeção, houve um grande comparecimento a ela e se aprovou uma greve geral estudantil, que quando foi aos cursos encontrou respaldo de assembleias massivas. O descontentamento generalizado e as lutas isoladas encontraram uma via de unificação na greve e uma referência na ocupação. Uma grande parcela dos estudantes se mobilizou e viu no choque contra a reitoria um meio de lutar com suas próprias mãos por suas reivindicações. Chegou a ultrapassar a miséria das bandeiras de democratização da estrutura autoritária atual, defendidas pela direção do DCE, para empunhar a do governo tripartite, com o conteúdo de um poder dos três setores, sem reitor.

A ocupação, que deveria ser uma trincheira de luta e unificação do movimento, sofre no entanto com o corporativismo das direções. As atividades unificadas são escassas. Na maioria das vezes, são restritas aos cursos. Nem na mesma unidade se unificam as lutas.

As lutas das universidades paulistas são mantidas isoladas. Os movimentos grevistas e populares também são separados. Em contradição com isso, a repressão dos governos se centraliza e age sobre o conjunto dos movimentos. Por isso, é preciso fortalecer as iniciativas de unificação das universidades e destas com os movimentos sindical e popular.

A direção do movimento estudantil não é capaz de deixar que os estudantes se expressem de forma mais unificada e de conjunto. Isso porque já ficou evidente que sua política seria ultrapassada pela ação de massa mais radicalizada. A direção tem de agir então se apoiando na mobilização, mas ao mesmo tempo tem de limitá-la. Teve de ir à ocupação, mas age para impedir que a ocupação se organize politicamente, com plenárias diárias, e não convoca amplamente os estudantes mobilizados a fortalecê-la. Defende a continuidade da greve onde ela já é realidade, mas não se apóia nas unidades mobilizadas para pressionar as demais. Manobra para evitar que o movimento conflua com as lutas de fora, pois teme perder o controle. Contrapõe-se às ações radicalizadas, porque pode impedir a negociação conciliatória com a reitoria. Aceita as condições da reitoria na negociação, e abre mão das mais elementares dos estudantes.

Somente a ampliação do movimento, com a participação mais massiva dos estudantes e a unificação, podem superar os limites impostos pela política do reformismo (PSol) e centrismo (PSTU) na direção do DCE.

Rejeitar o Congresso de palestras diversionistas e aprovar um congresso para enfrentar as medidas do governo Haddad

O temário do XXIV Congresso do Sinpeem, que acontecerá entre 29 de outubro a 1 de novembro, foi intitulado de “A Educação em Crise e a Crise na Educação”. A burocracia realiza o congresso anual como instância de “formação de educadores”. Em meio às palestras, realiza duas plenárias sobre questões educacionais e funcionais. Como o objetivo não é o de preparar uma vanguarda (delegados) para enfrentar a política governamental, o Congresso acaba sendo disputado nas escolas por uma parte dos trabalhadores como meio de evolução na carreira (pontuação) ou como descanso de sala de aula/escola. Juntamente com a eleição dos delegados nas escolas, a burocracia encaminha a lista das palestras. Nesse ano, indicou 36 palestras com intelectuais vinculados às academias e às produções pedagógicas. Os temas vão desde “Professor: vida, morte e ressurreição” até as “interfaces das neurociências e a educação”. Pura efemeridade!

Entre as palestras, há as oficinas lúdicas e os shows musicais. O fato de não ser convocado para avaliar e aprovar as lutas, os problemas sindicais são desconsiderados, bem como as discussões referentes à situação política. Certamente, uma boa parte dos delegados que são escolhidos para o evento/congresso rejeita alterar a programação. Vieram para ouvir os palestrantes e descansar da jornada estafante.

A Oposição à burocracia do sindicato comparece ao Congresso desorganizada, o que dificulta uma ação coletiva no sentido de aglutinar os delegados classistas para as posições de luta. A Corrente Proletária, como parte da Oposição, não teve força para modificar a política de setores da Oposição perante o Congresso. A burocracia, certamente, aproveitará essa debilidade oposicionista para fazer valer suas posições autoritárias contrárias à democracia sindical.

Mesmo nessas condições, é tarefa da Oposição combater a despolitização do Congresso e impulsionar a vanguarda que despontou nas greves para fortalecer a luta contra a burocratização e estatização do sindicato e a defesa das reivindicações que unifi-

Bahia

Realizada a Formação do POR Nordeste em Salvador

Nos dias 19 e 20 de outubro, realizou-se a formação de quadros do POR no Nordeste, em Salvador, com a participação das regionais do CE, PB e BA. No Sábado, pela manhã, discutimos a trajetória política do Partido dos Trabalhadores (PT), desde a sua formação, em plena Ditadura Militar, a sua ascensão eleitoral nos anos 1980 e 1990, a chegada ao poder do Estado burguês em 2002 e o balanço dos dez anos de governo de Lula e Dilma Rousseff (2003-2013). O PT concluiu como partido da ordem burguesa, defensor da propriedade privada e submisso ao imperialismo. Confirmaram as análises realizadas pelo partido ao longo desse processo. O debate se deu com base no folheto *PT: 10 anos no poder do Estado burguês*, publicado recentemente pelo POR.

Pela tarde, realizamos o debate sobre os *96 anos da Revolução Russa*, destacando a importância desse acontecimento histórico para a luta estratégica do proletariado e demais explorados pela destruição do capitalismo e construção do socialismo. A experiência da Revolução de 1917 mostrou concretamente a necessidade de construção do partido revolucionário, assentado na luta de classes e da elaboração do programa da revolução proletária, com base no

cam os trabalhadores.

Rejeitar o “Mais Educação” implica a luta direta nas ruas

O governo Haddad não vem encontrando obstáculos para a implantação do “Mais Educação”. Forjou uma consulta pública, anunciou as conclusões e decretou a reforma do ensino municipal. A direção do sindicato não foi capaz de realizar uma ampla campanha de denúncia das medidas contidas no Programa. Assim, os trabalhadores da educação ficaram à mercê da campanha falaciosa do governo em favor de uma “educação de qualidade social”. Não houve empenho para que as assembleias fossem massivas, no momento em que o Programa gerou descontentamento nas escolas. As escolas foram orientadas a aguardar as publicações sobre o funcionamento do Programa. O descontentamento deu lugar à passividade.

A política da burocracia sindical, depois do leite derramado, ficará no discurso de que o Programa “Mais Educação” foi implantado de forma autoritária e que o prefeito não convocou o sindicato para discutir a proposta. Utiliza o discurso de vítima, mas se recusa a modificar as programações distracionistas do Congresso. Rejeita a posição de transformar o congresso em instância de debate e aprovação da linha de derrubada do “Mais Educação”.

As correntes oposicionistas têm a tarefa de organizar as reuniões (durante o congresso) para fortalecer a camada de delegados que vem se manifestando contrária ao brutal ataque do Programa de Haddad. A aglutinação dessa vanguarda permitirá intervir nas poucas plenárias defendendo a sua total rejeição. A omissão de aglutinar os delegados descontentes só favorece a linha da burocracia de congresso distracionista.

A Corrente Proletária elaborou um boletim especial contendo os fundamentos privatistas do “Mais Educação” e a luta pela rejeição de mais esse brutal ataque ao ensino gratuito e aos trabalhadores da educação.

qual é possível intervir nas lutas cotidianas dos explorados e elevar a consciência e a organização política à luta pela tomada do poder e constituição da ditadura do proletariado, cuja expressão, em nosso país, é o governo operário e camponês. O debate mostrou a necessidade de superação da crise de direção revolucionária aberta pelo estalinismo com a destruição do partido bolchevique, da III Internacional e a restauração capitalista na URSS.

No dia 20, pela manhã, fizemos a discussão da parte introdutória do projeto de programa do POR, que será discutido em nosso Congresso em janeiro de 2013. O documento apresenta os fundamentos programáticos do partido revolucionário, entre os quais a estratégia da Revolução Proletária, os métodos, tática e reivindicações e o Internacionalismo proletário. O programa avança na análise da realidade histórica e do desenvolvimento do capitalismo no país, aplicando o método do Programa de Transição para o Brasil sobre o caráter da revolução e as reivindicações e tarefas transitórias. A discussão coletiva da militância e dos contatos nos dois dias de formação política contribui para o aprimoramento da intervenção da militância nos movimentos sociais e na luta de classes.

Rondônia**Imediato pagamento das horas-extras aos professores****Fortalecer a Corrente Proletária**

A situação de miserabilidade salarial obriga os professores a recorrerem às horas-extras. Estão cansados de esperar o tão prometido Piso Salarial, que também não é suficiente para sustentar uma família. Essa condição levou muitos trabalhadores em educação do município de Porto Velho a aceitar as “ofertas” de horas-extras para complementar o salário. Essa “oferta” é na verdade um “presente de grego”. Serve, na verdade, para desobrigar o prefeito de contratar professores para o quadro permanente do magistério.

O ataque ainda é pior: os professores foram golpeados pelo prefeito, que não pagou as horas-extras do mês de setembro. Os professores se matam de trabalhar, prestando serviço em outro turno. E o prefeito pagou somente 50%.

O que fez a direção traidora do Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado de Rondônia (SINTERO) diante do saque dos 50% do minguido valor das horas-extras? Deu as costas aos protestos dessa parcela de professores. É fato que durante a greve esses trabalhadores não paralisaram as escolas. Não compreenderam a luta unitária pelas reivindicações. Acabaram contribuindo com os ataques do prefeito contra a greve e contra as reivindicações. Agora, estão sentindo na

pele o não pagamento das horas-extras. É hora de uma direção classista se colocar ao lado dos trabalhadores e exigir que o prefeito pague imediatamente as horas-extras. É fundamental ganhar essa parcela da classe para a luta coletiva pela elevação do piso. Só, assim, deixará de ser brutalmente explorada por meio das horas-extras.

A Corrente Proletária da Educação (CPE) rejeita a conduta da burocracia sindical e exige que o prefeito pague imediatamente as horas trabalhadas. Chama os trabalhadores da educação a constituir a fração classista no interior das escolas e do sindicato. O que implica a participação nas reuniões, o estudo do programa, a elaboração do boletim, a visita às escolas e a atuação junto ao movimento dos oprimidos.

A Corrente Proletária tem como pontos fundamentais a defesa da unidade dos explorados, a luta pelas reivindicações fundamentais (salário mínimo vital, escala móvel de reajuste, escala móvel das horas de trabalho, estabilidade a todos, etc.) e os métodos próprios dos oprimidos (greve, bloqueios, manifestações de rua, etc.). Para isso, é preciso construir um sindicato classista, dirigido por militantes revolucionários, capazes de transformá-los em meio auxiliar para a luta contra o sistema capitalista.

Nesta edição:

- Chile: Porque os Cordões industriais não criaram o duplo poder
- Bolívia: As eleições e a democracia burguesas não solucionam nada
- França: direitização socialista espelha a podridão da burguesia
- A decomposição política na Itália e a necessidade do proletariado constituir sua direção revolucionária
- Fora a intervenção imperialista no Congo!



Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

O Partido Operário Revolucionário tem publicado uma série de artigos nestes 40 anos da derrubada do governo de Salvador Allende. De conjunto, constituem um balanço dos acontecimentos e, fundamentalmente, uma crítica programática à Frente Popular constituída pelo Partido Comunista do Chile e o Partido Socialista. Publicamos nesta edição um texto sobre os cordões operários que se formaram então.

Chile: Porque os Cordões industriais não criaram o duplo poder**Clovis Gonçalves**

Um aspecto importante do caráter contrarrevolucionário do governo da Unidade Popular (1970-73) foi o combate que travou contra as tendências autônomas do proletariado, que buscavam instintivamente a liquidação do capitalismo no Chile.

A melhor expressão das tendências a ultrapassar a “via chilena ao socialismo” ou, do Estado burguês dirigido pela UP, foram os *Cordões Industriais* que se constituíram em volta da capital e de várias cidades chilenas. Formados sobre a base de uma coordenação territorial de várias fábricas, congregando delegados sindicais das médias empresas junto com representantes das empresas da chamada *Área de Propriedade Social* – APS. Segundo Guillermo Lora: “Tratava-se, sem dúvida, de formas embrionárias de um novo Estado: a

ditadura do proletariado, que desde o início mostrava sua fisionomia oposta à ditadura da minoria burguesa e ampla democracia aos explorados”.

Estas formações, entretanto não surgiram no começo do mandato de Allende. A relação deste governo com as iniciativas das massas foi evoluindo na medida em que a crise política e econômica foi se deteriorando. Uma primeira etapa, que pode se localizar do início do mandato até o locaute patronal de outubro de 1972, foi um período caracterizado por uma “participação controlada” pelos organismos do governo e com a colaboração da CUT, dominada pelo Partido Comunista. Contribuiu para o sucesso desse controle, as ilusões das massas no governo de Allende e as reformas que implementou,

como algumas nacionalizações, continuidade da reforma agrária iniciada pelo governo da Democracia Cristã e a constituição de um setor da economia nacionalizado a APS.

A segunda etapa vai de outubro de 1972 até a primeira tentativa golpista em junho de 1973 (tancazo). Durante esses meses proliferaram os organismos independentes como os Cordões Industriais e os Comandos Comunais. Também, nesse período, parte da esquerda tentou ultrapassar o controle político da Unidade Popular. O auge se explica pela iminência do golpe e a evidente vacilação do governo diante dos golpistas, militares, burguesia e imperialismo. Quem enfrentou o golpe foram os operários e as massas.

De junho até o golpe de 11 de setembro de 1973 (terceira etapa), foi o auge desses organismos e das lutas entre as diversas correntes no seu interior e do esforço do governo por controlá-las.

Os Cordões Industriais se constituíram em resposta às ameaças golpistas para defender o governo da Unidade Popular. Mas, desde o seu surgimento tenderam a exercer o controle operário na produção em resposta à sabotagem capitalista e ao desabastecimento. Mediante conselhos de delegados eleitos, mas com mandatos revogáveis a qualquer momento, eram formados por militantes do PS, do MAPU e do MIR, mas também por membros do PC e, por uma nova geração de jovens operários.

O governo de Allende apostava que os *Comitês da Unidade Popular* (CUP), criados durante a campanha eleitoral, iriam exercer o que eles chamavam de “poder popular”. Isto no entanto se mostrou inviável porque, depois das eleições, estes CUP’s desapareceram. Depois disso, o governo criou um sistema de participação dos trabalhadores nas empresas nacionalizadas. Esta cogestão contava com a colaboração da CUT nas instâncias estatais administrando o setor nacionalizado. A CUT era uma máquina burocrática estabilizada e controlada pelo Partido Comunista. Allende explicitou a sua política em 1º de maio de 1971 ao declarar que: “Consolidar o poder popular equivale a tornar mais potentes os sindicatos, tornando-os conscientes que constituem um dos pilares fundamentais do governo”. Quer dizer, do Estado burguês.

Quando proliferaram os Cordões Industriais, a CUT e o Partido Comunistas foram os mais firmes inimigos destas estruturas, pois elas tendiam a ultrapassar o controle burocrático do estalinismo. O choque entre a CUT e os cordões industriais, e em menor medida também com os *Comandos Comunais* - outra estrutura de base que se desenvolveu no período - se acirrou. Acentuou-se também a pressão para incorporar estes organismos autônomos na estrutura da CUT. Manifestava-se nesse choque uma diferenciação social. Somente em torno de 50% dos filiados à Central pertenciam ao proletariado industrial e mineiro, sendo os outros empregados públicos e camponeses. Dentro da CUT, predominavam os sindicatos de empresas estatais e empregados públicos. Nos Cordões Industriais, predominavam os sindicatos operários de médias empresas privadas.

Embora os *Cordões Industriais* e os *Comandos Comunais* fossem embriões de um novo Estado, é importante denunciar a mistificação posterior destes como se de fato fossem expressão da dualidade de poderes. Esta interpretação sustentada por parte da esquerda tenta justificar o apoio dado ao governo da Unidade Popular na época sob o pretexto de que estariam empurrando o processo no sentido de sua radicalização.

A esquerda autointitulada “rupturista” (esquerda do PS, MIR e MAPU), oposta aos “gradualistas” do PC e o próprio Salvador Allende, não pôde no entanto esconder que de fato apoiava o governo. O MIR, em que pese todo seu palavreado “marxista-leninista”, acabou

“reconhecendo o caráter progressista” da UP e colocou a serviço do Allende seu grupo de segurança.

E, se o PC foi a principal força pacificadora no sentido da colaboração de classes e do gradualismo, o PS era ambíguo, na trilha de sua longa tradição oportunista. Ocupando cargos dentro do governo, permitiam-se “críticas” como a realizada no seu Congresso de La Serena, em fevereiro de 1971, afirmando que o governo era “o reflexo de tendências trabalhadoras, pequeno-burguesas e burguesas”, anunciando que “estas contradições de classe serão superadas pela dinâmica das massas revolucionárias trabalhadoras”, mantendo-se, no entanto, até o final como defensores da “via chilena” ao socialismo.

Mas o próprio Carlos Altamirano, dirigente do Partido Socialista explicita o papel atribuído por eles às estruturas autônomas criadas para enfrentar o golpismo. Numa entrevista posterior ao golpe, criticando o MIR, afirma que este “... tentou utilizar as enormes organizações do ‘poder popular’ como um meio de pressão ao governo mais do que apoio a este, como um meio de pressão para as políticas e posições que eram do MIR, mais de extrema esquerda que as que tínhamos os socialistas e os comunistas. Por isso, o ‘poder popular’ foi concebido como uma força de apoio ao governo ‘popular’”.

É o que se percebe também na declaração de Víctor Muñoz (PS) presidente do cordão industrial San Joaquín: “Quando falamos da criação do poder popular, não estamos colocando-a como alternativa ao governo propriamente, mas, como alternativa a um poder dual, o poder da burguesia”. Essa ideia é claramente expressão da concepção da via pacífica ao socialismo e uma transformação progressiva, por etapas do Estado burguês.

A pretensão posterior de transformar a experiência dos *Cordões Industriais* e os *Comandos Comunais* em materialização do duplo poder choca-se com a concepção de dualidade de poder da doutrina marxista e serve para esconder que de fato aquela esquerda estava enfileirada por detrás de Salvador Allende. Ao contrário da situação vivenciada na Rússia entre fevereiro e outubro de 1917, no Chile o governo da Unidade Popular foi resultado de uma eleição na qual, para governar, Salvador Allende teve de se comprometer com a Democracia Cristã. O governo provisório e o governo dos soviets que conviveram até outubro eram o resultado de uma revolução que havia liquidado o czarismo. E os soviets estavam armados.

A esquerda do Partido Socialista, o MIR e o MAPU apoiaram o governo e assim se declaravam em vésperas do golpe. A coordenadora provincial de Cordões Industriais de Santiago publicou uma carta a Allende em 6 de setembro de 1973, cinco dias antes do golpe. Nessa carta, se adverte ao “... companheiro, [Allende] que com o respeito e a confiança que ainda lhe temos, se não cumpre com o programa da Unidade Popular, se não confia nas massas, perderá o único apoio real que tem como pessoa e governante”. Onde se pode verificar que até o último momento estes organismos não se colocam como alternativa de poder nem opostos ao governo, mas reivindicam ainda o seu programa!

Na Rússia, as massas oprimidas ademais de terem derrubado revolucionariamente o czarismo, tinham também o partido de Lênin como referência política que, desde a sua volta em abril, colocou os bolcheviques na defesa de todo o poder aos soviets. E mesmo que de início não tivessem a direção dos soviets, não se afastaram um instante da propaganda revolucionária, pois partiam da premissa correta de que o governo provisório (Kerenski) era um governo burguês.

Bolívia

As eleições e a democracia burguesas não solucionam nada

Os politikeiros já se encontram em plena campanha, mentindo e levando a roupa suja mutuamente

O POR diante do MAS. E a farsa eleitoral

O POR tem sido e é um ator decisivo no desenvolvimento da luta social na Bolívia e, particularmente, da luta do proletariado boliviano, tem contribuído, como nenhum outro, para elevar a consciência revolucionária do proletariado boliviano para que, independente de todas as expressões políticas e governos da burguesia e do reformismo pequeno-burguês, se encaminhe – como direção do conjunto dos explorados – para a materialização da revolução e constitua seu próprio governo: o governo operário-camponês, que será a ditadura dos oprimidos contra os opressores (a burguesia e o imperialismo) e a ampla democracia para todos os explorados.

O MAS juntamente com a burocracia sindical se empenham em semear ilusões sobre a possibilidade de transformar o país, acabar com a fome, a miséria, o desemprego, a discriminação social e racial, etc. com simples normas jurídicas e em harmo-

nia com nossos opressores: o imperialismo e a burguesia nacional, sem tocar na base econômica sobre a qual se assenta a opressão imperialista e a exploração burguesa. Esse discurso demagógico é chamado de “revolução democrática e cultural”, “processo de mudança”.

Agora que já se tornou evidente para os explorados a política antinacional, antioperária e antipopular do governo do MAS, os explorados retomam a ação direta de massa para enfrentar o governo impostor pela defesa de suas necessidades.

Nas eleições é preciso expressar explicitamente nosso repúdio tanto ao partido do governo por ser impostor e laiaio dos opressores como aos opositores entreguistas dos partidos burgueses tradicionais, nossa vontade de lutar por materializar uma verdadeira revolução social que coloque fim à exploração e opressão burguesa por meio do VOTO NULO ou BRANCO.

O custo de vida está nas nuvens e os candidatos em campanha

Lutar nas ruas com nossas panelas vazias!

A inflação cresce tão rápido como o desemprego e a corrupção deste governo. A solução não está em esperar novas eleições ou a vontade dos dirigentes sindicais vendidos a Evo. Devemos retomar as ruas, a ação direta

Por que esperar mais? Os dirigentes da COB só vão ao Palácio para almoçar com os ministros; os candidatos eleitorais nos oferecem um paraíso, mas não conseguimos NADA. O custo de vida tem aumentado, o desemprego também, os salários dos que têm trabalho são miseráveis, enfim, não tem melhorado a vida de nossas famílias. Os sócios do governo são os únicos que se convertem em empresários e latifundiários em meio aos escândalos de corrupção. É hora de ganhar as ruas e marchar com as panelas vazias.

As multinacionais continuarão molestando sem futuro depois das eleições de 2014 e as promessas demagógicas dos candidatos não chegarão a nossos estômagos.

Ação Direta é a resposta diante da incapacidade dos vendidos COBistas e outros pró-governo.

Acabou-se o tempo do parlamentarismo, a democracia corrupta, dos sócios gringos e do dirigente vendido. É o tempo da Revolução Social e da Ditadura do Proletariado

Fora os burocratas vendidos da COB, federações e confederações. Organizar a luta a partir da base por meio de assembleias e comitês de greve.

Viva as Teses de Pulacayo e a Independência Sindical!

Morra o Estado Pluri-transnacional. As eleições não resol-

vem nada. Retomar o caminho da Assembleia Popular de 71, nos cabildos abertos e assembleias de representantes revogáveis nos governaremos, será a democracia da maioria e a ditadura contra os que nos oprimem. Por um governo operário camponês, a ditadura do proletariado.

Estatização de todos os grandes meios de produção do imperialismo ou multinacionais e da burguesia entreguista boliviana (empresários, banqueiros e latifundiários) sem nenhuma indenização. Como Propriedade Social, as minas sob a COMIBOL darão trabalho a milhares; como os hidrocarbonetos IPFB dará indústria, com os latifúndios Convertidos em propriedades coletivas, produziremos os alimentos que necessitamos. Será uma Economia Planificada a que cria indústrias, empregos, centros de saúde e educação, sob o controle de operários e camponeses. Isto é a Revolução Social. Iremos ao Socialismo, caminho para o Comunismo.

Por uma renda de 100% e um salário mínimo vital com escala móvel!

Viva a autodeterminação das nações oprimidas!

Derrotar a burguesia entreguista e expulsar as multinacionais!

Com o Partido Operário Revolucionário ao Socialismo!

Em defesa do Fórum Sindical, do direito de greve e de manifestação.

Não aos processos contra os dirigentes trotskistas do magistério!

Seu crime? Repor para os professores parte dos descontos do governo pela greve

Ontem a bota militar e a tortura foram os meios de controle e amedrontamento contra o povo e hoje a “justiça e suas leis” são os instrumentos de controle e perseguição que procuram

calar os dirigentes e todos aqueles que ousem levar-se contra o ditadorzinho Evo Morales.

Extraído do Jornal Massas, nº 2331, órgão do Partido Operário Revolucionário

França: direitização socialista espelha a podridão da burguesia

A violência estatal exercida contra a imigrante e estudante kosovar Leonarda Dibrani e a sua família até expulsá-los do país demonstra a que ponto chegou a podridão da democracia francesa. Ao mesmo tempo, mostra uma virada reacionária da social democracia como garantidora dos interesses do capital monopolista em meio à recessão que se aprofunda em toda Europa.

Debrani foi detida no dia 9 de outubro, em um ônibus, no meio de uma excursão escolar. Após algumas horas, foi expulsa do país junto com sua família. Rapidamente, uma chuva de críticas caiu sobre o governo. As críticas a esta atitude, considerada reacionária, vieram desde a oposição burguesa até dos partidos de esquerda, passando por amplos setores do próprio partido de governo, o Partido Socialista Francês (PSF). O que parecia uma “simples” expulsão de ilegais se transformou no auge da decadência pública do governo “socialista” de François Hollande. Espelhando a seu modo a crise dos partidos burgueses, incapazes de sustentar suas fronteiras abertas que fizeram da França um dos poucos países europeus para o refúgio de milhares de imigrantes da Europa oriental e da África.

Milhares de estudantes de escolas públicas paralisaram dezenas de colégios na capital e no interior. Os estudantes franceses repudiaram a expulsão de Debrani e exigiram o fim da política anti-imigratória e o fim da expulsão de imigrantes. O principal alvo das críticas é o ministro do Interior, Manuel Valls, um imigrante espanhol naturalizado como francês aos 20 anos. *“Se Leonarda não vai à aula, nós tampouco”* foi uma das consignas que unificou o movimento, que incluiu dezenas de piquetes para bloquear as escolas. Além do regresso da garota cigana expulsa para Kosovo, exigem o retorno à França de Khatchik Kachatryan, um jovem armênio escolarizado em Paris e deportado há três semanas.

O PS se quebrou em dois, depois de 17 meses de governo. A imagem pública de Hollande não para de cair (inclusive é pior que a de Nicolás Sarkozy ao terminar seu mandato com milhares de demissões, reformas trabalhistas, congelamento de salários e ajustes orçamentários que mergulharam o país na recessão). As “bases socialistas” criticam Hollande e seus ministros por abandonar os princípios “democráticos e progressistas” de sua tradição histórica. No entanto, ainda não podem ver que o socialismo francês é uma das formas da ditadura do grande capital monopolista.

O fato é que a democracia burguesa não pode permitir-se ao luxo de receber novos imigrantes. A burguesia francesa não deseja, na situação de desemprego, arcar com um só centavo a mais para manter dezenas de milhares de imigrantes.

São dezenas de milhares de imigrantes (legais e ilegais) que vivem na França (20 mil são ciganos). A política burguesa frente a esse imenso contingente social respondeu a diferentes etapas. Em períodos de crescimento econômico, foi um mecanismo amplamente utilizado para depreciar a força de trabalho e provocar um excedente de mão-de-obra, exercendo pressão sobre os empregados, atacando os sindicatos e as conquistas trabalhistas da classe operária. Era, em outras palavras, um instrumento político que servia aos capitalistas. Hoje, cercados pela guerra comercial e obrigados a sair agressivamente para o exterior, em disputa por mercados e fontes de matérias-primas, em um cenário de queda das margens de lucro, a imigração “indiscriminada” se traduz em “gastos desnecessários” (seguros médicos, subsídios sociais, etc.) que poderiam destinar-se ao parasitismo financeiro e a novos negócios no país ou no exterior. Ou seja: a expulsão da jovem cigana kosovar e de sua família demonstra para onde se dirige a política imigratória do Estado francês.

Por isso que esta virada da política imigratória se combina com as pressões da União Europeia (UE) sobre o governo para aplicar uma desvalorização que, de cerca de 10%, por exemplo, segundo o ministro de Indústria

francês, Arnaud Montebourg, permitiria ampliar a “riqueza nacional” (lucros) em 1,2%, criar uns 120 mil empregos (precarizados) e reduzir o déficit em 12 bilhões de euros. Ou com o avanço no Congresso de uma reforma que eleva a idade de aposentadoria de 60 a 62 anos, e de 65 a 67 para ter direito a uma aposentadoria completa. O plano é reduzir o déficit do sistema nacional de pensões (estimado em 21 bilhões de euros para 2020), aumentando as contribuições dos assalariados e também os anos de contribuição, passando de uma média de 41,4 anos em 2013 a 43 em 2035. Trata-se de um plano desenhado pela burguesia imperialista que, por meio da Comissão Europeia, exigiu de Hollande a reforma do sistema de pensões para *“garantir a sustentabilidade das finanças públicas e reduzir os custos trabalhistas para evitar uma maior deterioração da competitividade empresarial”*.

A imensa maioria das massas rechaça essa reforma. Por isso, não surpreendeu que mais da metade da população francesa aprovasse a greve geral convocada pela ATCEUC (Coordenadora de Sindicatos Europeus de Controladores de Tráfego Aéreo), que paralisou mais de duzentos voos só na França. Greve que espelha a iniciativa dos assalariados europeus em enfrentar as contrarreformas burguesas contra seus direitos e conquistas históricas desde 2008. Porém, ainda que o proletariado e os assalariados franceses tenham combatido os ajustes por cinco anos, não conseguiram derrotar o governo e impor, ainda que parcialmente, um retrocesso em suas medidas. Ao não contar com um plano de luta e um conjunto de reivindicações nacional, o ascenso da luta de classes e a massiva presença física do proletariado francês não conseguiram modificar o rumo da crise do país, cuja tendência é a de destruir as garantias e conquistas econômicas operárias e populares.

Por isso é que a deportação de uma família cigana, por mais propagandeada que seja, não seria capaz, por si só, de estremecer o governo se não fosse expressão de uma violenta situação econômica e política que impede de sustentar as mínimas conquistas democráticas e econômicas de milhões de pessoas. Criando, ao mesmo tempo, uma reação popular que excede em muito os limites do acontecimento.

A expulsão de Debrani pôs em cena, outra vez, um fato irrefutável: a democracia francesa, com seu progressismo e seus princípios, está destinada a perecer, cedendo seu lugar a uma democracia restrita e tutelada. Já não é possível sustentar as antigas bases de um regime em franca decomposição, que precisa destruir as conquistas democráticas e trabalhistas de seu povo para garantir a sobrevivência do parasitismo de seus monopólios e sua oligarquia financeira. Por isso também estão destinados a desaparecer com ela seus princípios ideológicos social democratas, correspondentes a uma época superada.

Dito claramente: a destruição das conquistas trabalhistas e das garantias democráticas das massas francesas se projeta em direção à progressiva destruição dos pilares de sua centenária democracia burguesa. Porém, tanto na França como em toda a Europa, o proletariado não respondeu a essa decomposição capitalista com seu programa histórico de transição para o socialismo. Seu instinto de revolta tampouco pôde frear os ataques da burguesia voltados a destruir suas condições de existência. Não conta com uma direção capaz de transformar suas lutas defensivas e econômicas em ofensiva revolucionária, em greve geral política, em insurreição de massas. As burocracias sindicais, atadas à sorte do reformismo pequeno-burguês e suas ilusões democráticas, ainda impedem de recuperar as inumeráveis e excepcionais experiências da luta das massas francesas. O proletariado francês, um dos mais experimentados e mais conscientes destacamentos mundiais, não pôde encontrar ainda uma via para sua manifestação revolucionária por carecer de um partido marxista-leninista-trotskista. Na França se expressa crua, violenta e definitivamente a crise da direção revolucionária mundial do proletariado. Reconstruir a IV Internacional é uma tarefa inadiável, urgente e peremptória para frear a barbárie capitalista.

Itália

A decomposição política na Itália e a necessidade do proletariado constituir sua direção revolucionária

A menos de um ano das eleições, o parlamento italiano continua paralisado. Não pode impor um plano de governo que reconstitua a confiança da troika europeia (Banco Central Europeu, Parlamento Europeu e FMI). O período de crise não foi superado, ainda que o parcial refluxo das massas proletárias tenha permitido uma certa margem de sobrevivência e manobra dos partidos da burguesia.

A tentativa de processar o ex-ministro Berlusconi colocou a aliança de governo em ponto de implosão. Berlusconi ameaçou romper a aliança, pretendia assim apoiar-se em seu partido para tirar proveito pessoal de sua difícil situação judicial. Mas, em tempo de crise, as lealdades partidárias não se medem pela densidade ideológica, mas sim pelos interesses corporativos e fracionais. Foi assim que uma parte de sua base de apoio se desentendeu com Berlusconi e consolidou seu apoio ao governo de Letta.

A tentativa de “limpar” um pouco o imenso desprestígio da casta política burguesa pôs o Estado à beira do colapso. Essa situação retrata o apodrecimento da democracia italiana.

As rupturas internas, as lutas fracionais, a paralisia legislativa – com exceção para as medidas de ajuste contra as massas –, entre outros fatores, demonstram que a burguesia italiana não consegue governar, nem centralizar seus agentes políticos. No entanto, por cima de suas disputas intervéem a “troika”, como organismo centralizado da burguesia imperialista para impor a seus vassalos políticos as medidas que o grande capital monopolista exige. Em meio à decomposição da frágil institucionalidade italiana, os partidos põem de lado seus conflitos na hora de aplicar seus planos antioperários.

É nesse cenário que a luta de classe se manifesta. Depois de três dias da apresentação do orçamento para 2014, vários

sindicatos chamaram a greve geral. As colunas principais eram constituídas pelos trabalhadores do transporte, saúde, educação, informais, estudantes e imigrantes. As principais cidades do país ficaram paralisadas pela greve dos transportes. Centenas de trens, ônibus e aviões foram atrasados ou desativados. 70 mil manifestantes tomaram as ruas contra os ajustes da “troika”.

O problema é que a classe operária não tomou a frente da greve geral. Assim, na última manifestação, enquanto o grupo Anonymus atacava o Ministério de Infraestrutura, o Tribunal de Contas e o Jornal Corrier della Serra, centenas de anarquistas e os Black Bloc lançavam bombas de molotov e pedras nos carabinieri (polícia militarizada). Surpreendeu, também, que a mobilização contasse com o apoio de militantes vindos da França, Alemanha e do norte da Europa.

A ausência de uma direção revolucionária tem feito resurgir velhas práticas já superadas pela experiência histórica do proletariado. O “anarquismo” ocupou esse vazio e internacionalizou sua ação. Com eles, os métodos foquistas têm substituído a luta de classes e a violência coletiva das massas organizadas sobre seu programa e estratégia. A história ensina que a pequena burguesia começa reagindo diante da queda de suas condições de vida e enfrentando seus opressores. Mas também ensina que pelo fato não ter uma direção proletária capaz de organizá-la sob a estratégia da revolução social a radicalização acabe como puro desespero. Construir o partido marxista-leninista-trotskista é a via pela qual o proletariado poderá retomar as ruas, unificar as lutas e constituir a aliança das classes oprimidas, que o leve à tomada do poder. Se não constituir essa via revolucionária, a barbárie poderá arrastar as massas por trás da burguesia que tende a reviver o fascismo.

Fora a intervenção imperialista no Congo!

A ONU decidiu intervir militarmente na guerra civil da República Democrática do Congo (RDC), enviando 3.000 soldados (“cascos azuis” da África do Sul, Tanzânia, Malawi e Brasil). Seu objetivo é perseguir e esmagar os diferentes grupos armados que atuam no país, que nas últimas semanas estiveram muito perto de derrubar o governo serviçal do imperialismo. Esgotadas as negociações de paz que surgiram do impasse de 2012, rompidas pela negativa do governo em conceder reformas políticas ou sociais, reiniciaram-se os combates. Contam-se dezenas de milhares de refugiados e milhares de mortos, entre combatentes e civis.

Não se trata de uma simples expedição militar “limitada” a garantir a integridade física e os direitos de milhões de civis, como afirma a ONU. Mas sim de uma nova escalada do intervencionismo imperialista que pretende erigir-

se em amo e senhor dos destinos das gigantescas riquezas africanas.

A RDC é uma ex-colônia belga. Constituiu-se formalmente em Estado depois da divisão do continente entre as potências imperialistas. Desde sua origem como semicolônia, desatou-se uma cruenta guerra civil na qual a burocracia soviética e o imperialismo norteamericano, atuando por cima dos povos e nacionalidades, pretendiam fortalecer seus interesses regionais e mundiais. É, além disso, um país estratégico por sua situação geográfica, suas riquezas minerais e seus recursos naturais.

Sua extensão territorial (27 mil quilômetros quadrados), sua acidentada geografia e a ausência de um poder estatal forte e centralizado, combinando-se com sua estruturação histórica e política recente, impediram de consolidar instituições burgue-

sas sólidas. Fragmentado por etnias, tribos e castas burocráticas, o Congo não conseguiu consolidar a unidade nacional.

Para as potências, constitui uma importante base de manobras para fortalecer seus pontos de apoio na luta comercial interimperialista dentro do continente. Guerra comercial que se recrudesce na mesma medida em que a crise se arrasta para uma massiva destruição de forças produtivas e uma nova repartição do mundo. A intervenção da ONU não fez mais do que expor essas contradições e o caráter dependente, semicolonial e oprimido da RDC.

Sobre a base dessa contradição, recrudesce a guerra civil no Congo. O problema para o imperialismo está em que as forças rebeldes estão compostas por mais de 50 grupos diferentes: um grupo heterogêneo de milícias descentralizadas, sem comando militar único nem programa de ação comum. Existem desde milícias tribais armadas pelo governo (Mai-Mai) e que hoje lutam contra esta e outras forças rebeldes, milícias islâmicas (como a ADF, formada por keniatas, ugandeses, etc.) financiadas a partir do Oriente Médio, até um grupo integrado por ex-militares (movimento 23 de Março - M23) que chegou a ocupar a capital Goma durante dez dias em fins de 2012, para logo retroceder diante do ataque das forças congolese e da ONU.

Se, de um lado, a anarquia de comandos e os antagonismos de interesses entre as diversas milícias tem sido um freio para acelerar a queda do governo; de outro, dificulta as operações de busca e extermínio dos focos rebeldes por sua autonomia, sua dispersão territorial e seu poderio de fogo.

Enquanto a imprensa monopolista escreve sobre a morte de civis e fica horrorizada diante das crianças e adolescentes que empunham as armas, esconde que essas violentas práticas serviram para que diferentes grupos de capitalistas disputassem o mercado de venda de armas e ganhassem rios de dinheiro. Fundamentalmente, escondem que a guerra civil sustenta

o parasitismo monopolista por meio de diversas alianças econômicas com as milícias que controlam regiões com enormes recursos minerais e naturais.

O imperialismo, porém, não pode manter o país submerso no caos e na guerra civil. A queda do governo atual não lhe garante que seus interesses continuem intactos. Por outro lado, por trás das facções armadas atuam frações capitalistas que concorrem na brutal guerra por mercados e fontes de matérias-primas. Por isso, intervêm as forças da ONU: para romper esses elos e alianças constituídas sob a desintegração do Estado congolês.

A suposta defesa dos civis é a mesma máscara com a qual o imperialismo atua nos conflitos internos das semicolônias. Não há choques internos e guerras civis que não contem com a presença do capital monopolista e com ação das potências. O governo congolês só pode sobreviver apoiado pelos fuzis imperialistas. A ONU não é outra coisa senão um braço do imperialismo. Deve adequar suas operações militares a esse objetivo. Em nome do humanitarismo, os “cascos azuis” têm carta branca para perseguir e atacar os rebeldes em seu próprio país. Pretende-se também com isso criar as formas mais adequadas para futuras intervenções militares sob uma cobertura mais “democrática, diplomática e legal”. Evitando assim comprometer tropas dos exércitos imperialistas. Para isso, contam com seus servís “aliados” semicoloniais, como o Brasil.

Diante deste contexto, a política revolucionária só pode ser uma: exigir a imediata retirada das tropas invasoras do Congo! Só os congolese podem decidir o destino de seu país e de seu governo. Assinalando, fundamentalmente, que somente a unidade da maioria nacional oprimida em armas pode derrubar o governo lacai e expulsar o imperialismo. O proletariado mundial sob a bandeira da autodeterminação das nações oprimidas se coloca pela expulsão da ONU do Congo.

Que o Brasil retire seus militares do Congo

O general brasileiro, Carlos Alberto dos Santos Cruz, assumiu o comando da tropa da ONU que intervém no Congo. A escolha se deveu por ter prestado bons serviços à intervenção no Haiti. Ganhou prestígio por dirigir neste País a missão que sufocou as rebeliões nos bairros miseráveis.

Lula autorizou que militares brasileiros integrassem a denominada força de paz. Agora, Dilma envia o general carregado de experiência na repressão aos pobres haitianos. O militar expressou a seguinte opinião: “Eu não acredito em conflito étnico! Os grupos que atuam no leste do Congo agem como criminosos por interesses próprios de poder e dinheiro. E temos de neutralizá-los”.

Essa foi uma das lições políticas aprendidas no Haiti: taxar de criminosos os revoltosos. Os intervencionistas passam uma borracha sobre a história da região. O Congo serviu de ponto de apoio ao tráfico negreiro desde o século XVI. Em fins do século XIX, a França o transformou em colônia. Somente em 1960, sob intensos combates, os congolese conquistam a independência. Constituiu-se em 1968, com um golpe militar, a República Popular do Congo, sob inspiração da burocracia da ex-União Soviética e

em certa medida da China. O fato é que não foi possível conquistar a real independência, superar o enorme atraso econômico, resolver as disputas tribais e estabelecer a unidade do país.

A luta interna há muito tem sido violenta. E sempre contou com a interferência das potências. O território do Congo guarda riquezas naturais, fontes de matéria prima, entre elas o petróleo. A quem cabe solucionar o problema nacional e pôr fim às sangrentas guerras civis? Para as potências, cabe às forças externas, que apoiam o governo servil contra os revoltosos. Assim, poderão continuar saqueando o país. Para os congolese, cabe a eles mesmos. Nenhum povo pode colocar o destino de seu país nas mãos de outro que os explora e os oprime. A ONU expressa a política do imperialismo e não de povos livres cujo único interesse é o da paz.

O general Santos Cruz acredita que esteja combatendo criminosos. Mas os reais bandoleiros são as potências que saqueiam o Congo.

A classe operária, os camponeses e a juventude oprimida do Brasil devem condenar o envio de tropas da ONU e exigir de Dilma que retire os militares brasileiros do Congo.